



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ALESSANDRO GUEDES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 06 DE NOVEMBRO DE 2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Presentes os Vereadores Paulo Frange, Soninha Francine, Alessandro Guedes, presidindo esta Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 26ª audiência pública que a Comissão realiza no ano de 2019, sendo a terceira audiência temática ao PL 647/2019, de autoria do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2020.

Sobre os temas: Secretaria Municipal das Subprefeituras, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Informo, também, que o calendário das audiências públicas ao orçamento de 2020 está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, desde o dia 18/10 e em dois jornais de grande circulação: *O Estado de São Paulo*, nos dias 17, 23, 31/10 e 05/11; e *Folha de São Paulo* nos dias 18, 24/10 e 1º/11, além de disponibilizarmos o calendário no seguinte endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/orçamento2020/agenda.

Informo, também, que as demandas podem ser apresentadas em formulário retirado junto à Secretaria da Comissão, ao lado esquerdo, ou no seguinte endereço eletrônico: www.saopaulo.sp.leg.br/orçamento2020 no *link* dê a sua sugestão.

Então, tem a ficha de cadastro da demanda na nossa Secretaria, todos que tiverem suas reivindicações devem fazer essa ficha e entregar na Secretaria. Independentemente, de a pessoa fazer uso da palavra ou não, ela deve fazer por escrito também a demanda. Se a pessoa quiser fazer só a reivindicação, pode retirar a ficha e preenchê-la.

Foram convidados para esta audiência pública o Sr. Secretário das Subprefeituras Alexandre Modonezi de Andrade, que não pôde estar presente e enviou o Sr. Radyr Papini, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Subprefeituras, o qual convido para compor a mesa; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sr. Fernando Chucre, a quem convido para compor a mesa; o Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras Vitor Aly; a sociedade em geral; os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo.

Informo, também, que enviamos a todas as Secretarias e Subprefeituras constantes

do calendário ofício convidando-os para participar de todas as audiências públicas referentes ao PL 647/2019, orçamento 2020.

Informo que as inscrições para o pronunciamento nesta audiência devem ser feitas junto à Secretaria do lado esquerdo.

Quero convidar para compor a mesa o Sr. Vicente Afonso Oliveira, Coordenador do Orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda que tem acompanhado as audiências públicas.

Srs. Secretários, Chefe de Gabinete, podemos apresentar a seguinte dinâmica: os senhores fazem a apresentação inicial das suas pastas, abrimos para o público presente para os questionamentos; depois, devolvemos à mesa para os Vereadores fazerem seus questionamentos; ao fim, os senhores respondem as perguntas que foram dirigidas à sua Secretaria. Tudo bem?

Pergunto ao Vereador Paulo Frange e à Vereadora Soninha Francine, se querem fazer alguma exposição inicial? (Pausa)

Então, vamos permitir que o Secretário Vitor Aly apresente primeiro.

Quero cumprimentar a todos, público presente, dizer que nós estamos realizando, a Comissão de Finanças e Orçamento, sobre 2020, um total de 24 audiências públicas, sendo 10 temáticas, 14 em Subprefeitura nas regiões da cidade de São Paulo. A participação popular tem sido bastante intensa e isso é importante para que possa haver contribuições nessa discussão do orçamento, e a gente possa discutir internamente, sendo o que for possível colocado no relatório final que vai ser apresentado a todo o Parlamento, a Câmara Municipal de Vereadores.

Passo a palavra ao Secretário Vitor Aly, para que faça suas considerações iniciais.

O SR. VITOR ALY – Sr. Presidente, Vereadora Soninha, Vereador Paulo Frange, senhoras e senhores, bom dia a todas e todos.

Então, nós vamos apresentar um pouco a Secretaria, quais são as atribuições de Siurb.

Siurb trabalha com projetos e obras na área de implantação e recuperação de

infraestrutura urbana na cidade de São Paulo. Então, ela não trata da zeladoria. Ela trata de obras novas e questões estruturantes da cidade de São Paulo.

Então, a gente cuida do sistema de drenagem, de obras em áreas especiais, quer dizer que, hoje, está na pauta, na mídia, e é um problema que a Prefeitura tem enfrentado, por determinação do Prefeito Bruno Covas, a questão das pontes, viadutos, pontilhões, passarelas e túneis.

Cuidamos, também, do sistema viário e de todas as obras emergenciais e de grande porte. Trabalhamos, também, com toda a parte de Termo de Compromisso e autorização, na parte ambiental.

Temos um departamento que, às vezes, passa despercebido, mas é importante da Secretária que é Edif, que cuida da construção e manutenção dos ativos da Prefeitura de São Paulo. Cuida dos hospitais, AMAs, UBSs, UPAs também. Estamos terminando na parte da Educação os 12 CEUs, dos 14 que estavam paralisados pela administração anterior, as EMEFs e, também, os CEIs, que são as creches.

Trabalhamos, também, prestando serviços a outras Secretarias, como a Secretaria de Cultura, do Trabalho e Desenvolvimento. E temos um braço operacional que nos ajuda muito que é a SP Obras, que faz o gerenciamento, execução de programas, projetos, obras definidas pela Administração Municipal. Tem uma maior agilidade que a Secretaria. Então, ela nos presta serviço.

Trabalha também na implantação das obras definidas pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, tudo na abrangência das operações urbanas consorciadas, outorga e gestão de concessão do mobiliário, então, a parte de relógios, contratação, supervisão e fiscalização das concessões urbanísticas.

Então, vamos entrar na nossa proposta orçamentária.

A Secretaria tem um conjunto de fontes de recursos. Nós temos do Tesouro, do Fundo do Saneamento, do Fundurb e FMDT. Temos separado por fonte: FMSAI 202 milhões, 801 mil reais; Fundurb, estamos pedindo 77 milhões e FMDT, por uma questão da diminuição

da arrecadação do fundo, ele tem sido utilizado e destinado mais à Secretaria de Mobilidade e de Transporte. Totalizando a nossa proposta orçamentária de 716 milhões de reais.

A nossa projeção de despesa: custeio mais investimento, vamos ter de fonte do Tesouro para Siurb de 57 milhões, operações de crédito 6 milhões 296; do PAC federal 265 milhões e alienação de bens que é do Fundo de Aliações e Concessões 6 milhões de reais, totalizando 335 milhões de reais; do FMSAI, fundo estadual, a gente está fazendo a proposta de 201 milhões de reais; do Fundurb 179 milhões.

Visualmente, no gráfico, fica claro onde estamos investindo esse dinheiro, a nossa proposta de investimento.

A prioridade da Administração está colocada: mobilidade, drenagem e, também, a questão dos viários.

Então, tirando a parte de custeio, por fonte de recurso, fundos, e as obras principais de drenagem urbana, nós temos o Ribeirão do Aricanduva, o Riacho do Ipiranga, Córrego Zavuvus, Ribeirão Perus, Córrego da Mooca, Córrego Paciência, Córrego Anhanguera, Córrego Dois Irmãos.

Temos um programa que passa despercebido, mas é muito importante para a Secretaria nessa questão da estruturação do sistema de drenagem do Município, que é o programa de redução de alagamento-PRA. Então, são reforços de galerias, “linkando” um sistema ao outro que é o PRA e temos, também, outros projetos menores nessa área.

Na parte de mobilidade urbana, nós estamos com o corredor Itaquera I e II, Radial Leste I, II e III, Corredor Aricanduva, Corredor da Chucri Zaidan, Terminal Itaquera e, também, a requalificação, quer dizer, não são corredores novos, mas são corredores onde vamos requalificar as avenidas, como a Amador Bueno, Imirim, Santo Amaro, Itapecerica, Interlagos e M'Boi Mirim.

Na parte de recuperação dos viários, nós temos a Pirituba/Lapa, que nós já começamos a obra. Nós estamos na parte de fundações. Ela ainda não apareceu. A gente espera, no jargão da Engenharia, tirá-la do chão ainda este ano e, aí, a partir de janeiro já vai

estar visível, a construção da ponte Pirituba/Lapa.

Nós estamos finalizando, dando andamento no projeto da ligação Graúna/Gaivotas e devemos colocar em licitação no ano que vem. E também outras obras e projetos complementares do viário existente.

Na área de obras, nós estamos fazendo um ano agora, no dia 15 de novembro, do acidente que tivemos em Pinheiros. Estamos implantando e a nossa ideia é deixar um legado nessa área, na parte de manutenção dos ativos da Cidade. Então, estamos dando andamento às vistorias e inspeções de pontes, viadutos, passarelas, túneis e pontilhões.

E também temos outras intervenções. Estamos fazendo a requalificação do Vale do Anhangabaú. Estamos começando a parte do Minhocão. Então, vamos começar pelo *guard rail* e a parte de acessibilidade. Fábrica do Samba, nós vamos fazer a segunda fase e terminar o Autódromo, que foi um plano que começou em 2014, terminaremos no ano que vem toda a requalificação do Autódromo de Interlagos.

Na parte de SP Obras, a nossa previsão orçamentária é de 45.762. Vem do tesouro municipal a Operação Urbana Água Branca, da Água Espraiada, a Operação Urbana Centro, Faria Lima. Temos lá também a questão do apoio operacional. Quer dizer, a Secretaria paga para a SP Obras fazer o nosso gerenciamento. Na área de obras em áreas especiais, quem está nos apoiando fortemente é a SP Obras, porque tem um corpo técnico e qualificado. O apoio, na Secretaria, do Descomplica, Autódromo de Interlagos e outras receitas.

Para a utilização dos recursos, eu tenho a parte de encargos e pessoal: 1 milhão; serviços de terceiros: 3 milhões, 652; material de consumo: 243; despesas gerais: 1 milhão, 232; despesas tributárias: 4 milhões e 900; contrato de mobiliário: 8 milhões; e investimentos: 10 milhões.

Os maiores empreendimentos são as reformas dos edifícios públicos. A gente deve retomar a obra da Praça das Artes; terminar ali, no Anhangabaú. Obras de Áreas Especiais: é ela que faz o gerenciamento do Anhangabaú para gente; também faz o gerenciamento das obras, não só de requalificação, mas também de atualização e reforma do Autódromo de

Interlagos; cuida de toda a parte de mobilidade urbana dos corredores de ônibus e dos terminais, e também é o braço operacional das operações urbanas – da Operação Urbana Centro, da Água Espraiada, Água Branca e Faria Lima.

Então, espero ter cumprido o prazo e o horário determinado pelo Sr. Presidente e estou à sua disposição.

O SR. PAULO FRANGE – Presidente, posso pedir ao Secretário para retornar só onde mostra os córregos que serão tratados?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Sim.

O SR. PAULO FRANGE – Secretário, nós temos um problema na Cidade, na região Noroeste, que seja, talvez, o mais importante, no que tange aos alagamentos. Estou me referindo ao Ribeirão Vermelho. Nós não aguentamos mais tirar terra lá de dentro, até porque a grande parte da margem não permite, sequer, à máquina entrar. Porque a área foi ocupada por barracos e a máquina não consegue entrar. A limpeza manual não resolve.

Nós estamos fazendo um serviço, com emenda parlamentar minha, e como isso é uma circulação e eu sou Cardiologista, nós estamos tratando a ponta e deixando todo o restante sem tratamento. Nós conseguimos uma emenda que paga a automação do piscinão no Anhanguera, onde vai embora o Ribeirão Vermelho. Não é automático. Até hoje, tem de ir lá rodar a manivela e nunca consegue e, aí, alaga tudo. Agora, vai ser automatizado. É uma obra razoavelmente grande para emenda parlamentar, vai ficar em quase 1 milhão. Nós não conseguimos resolver esse problema do Ribeiro Vermelho ao longo desses últimos anos. Quando cheguei aqui, há seis mandatos, havia um Vereador, o José Viviani Ferraz, que falava do Ribeirão Vermelho todos os dias nesta Casa, até que eu fui lá conhecer. Ainda não conseguimos. Numa das visitas que fizemos lá, disseram que teríamos que tratar esse assunto com DAEE, que não seríamos nós, porque ele tem esse problema. Estou vendo aqui que até o Córrego Anhanguera está sendo resolvido, e acredito que ele realmente é importante, conhecemos o estrago que aconteceu lá, e tudo; mas não temos nada no Município que possa tratar, nem que seja parcialmente, não existe nenhum projeto em Siurb para que possa

melhorar o Ribeirão Vermelho. O assoreamento chegou a tal ponto que hoje existe mais terra no leito do rio, do córrego, e a água começa a fluir pelas laterais. Está realmente muito difícil. Com a pequena chuva que houve nesses dias, a água saiu do leito de novo. Acho que, dos córregos que temos nas regiões Norte e Noroeste, esse é o mais crítico. Não existe nenhum projeto?

O SR. VITOR ALY – Bom, Vereador, realmente, infelizmente, quando se trata de um córrego ou de um rio de divisa, que passe por mais de um município, a questão é estadual. Então, não dá para atuarmos se não for dentro de um convênio ou de uma parceria com o DAEE. Eu posso me comprometer com o senhor de irmos conversar com o pessoal do DAEE para ver se a gente consegue formular uma solução. Por determinação do Prefeito Bruno Covas, estamos terminando as obras que estavam paradas. Essa é uma das diretrizes, e a outra que temos tomado é a de estudo de bacias. Quer dizer, não posso simplesmente achar uma solução para um córrego, e não olhar a solução do ponto de vista sistêmico, de bacia. Então, estamos elaborando junto com a FCTH, da Universidade de São Paulo, estudos de bacia; e, nesses estudos, faço questão de mostrar ao senhor, se o senhor me der o prazer de uma visita, mostrar ao senhor o que a gente tem planejado para cada uma das bacias. Nós não temos ainda todas as bacias do Município, isso é um trabalho que está em evolução, está sendo desenvolvido pela Secretaria, em parceria com a USP; mas nós vamos ter, sim, por bacia. Inclusive houve uma determinação do Conselho Sanitário, paritário entre Estado e Município, para que a gente comece a tratar as obras de drenagem e estruturantes por bacia. Não dá mais para tratarmos de outra forma, porque o que acontece? A Prefeitura começa uma obra, a Sabesp não tem ciência dessa obra, que foi o que aconteceu, por exemplo, no Córrego Paciência. Mal terminamos a obra, já estava pronta para ser entregue, a Sabesp entrou para construir um interceptor; gasto duplo de dinheiro público. Então, estamos começando a fazer um planejamento de intervenções por bacia. Na hora em que a gente entra, a gente discute o projeto com a Sabesp e, se for o caso, a gente já deixa inclusive a servidão, a área - ou a escavação ou a estrutura ou a infraestrutura - para a Sabesp, ou a Sabesp vai fazer o contrário

também com a gente.

O que estamos fazendo de diferente? O estudo. O que a gente pode fazer é ver quais as obras que, dentro da bacia, podem ajudar o córrego, a situação do córrego, e buscar, junto com o Estado, uma solução para o córrego. Não tem jeito de a gente assumir um compromisso antes. Não podemos assumir um compromisso que não poderemos cumprir.

O SR. PAULO FRANGE – Secretário, tem outra coisa.

O SR. VITOR ALY – Sobre a questão dos piscinões - desculpa, Vereador -, nós ontem lançamos a consulta pública da PPP dos piscinões. Estamos fazendo um estudo para transferirmos, dentro de uma PPP, para a iniciativa privada a manutenção dos piscinões. Em contrapartida, por uma lei votada aqui na Câmara Municipal, pelos senhores, eles vão ter o direito do uso de laje e vão construir mais outros 5 piscinões para nós, o que vai ajudar e acelerar. A Administração está entregando até o final do ano que vem 13 piscinões – cinco neste ano e mais cinco no ano que vem. Com mais cinco que a iniciativa privada pode fazer, teremos, brevemente, 20 piscinões já operando, além dos 24 que já temos. Então, será muito importante para a Prefeitura e para o sistema de drenagem da Cidade.

O SR. PAULO FRANGE – Secretário, outra coisa. O Fundo Municipal de Trânsito está com um traço. Em que pese sua origem federal, sou autor, aqui no Município, da lei que criou o fundo, em uma época em que o Prefeito era Celso Pitta e havia desvio do dinheiro do fundo para outras finalidades. Na gestão Marta, aconteceu a mesma coisa, e na do José Serra também. O Prefeito Kassab, dizendo que tinha futuro político, não quis correr risco de ser processado por improbidade e me permitiu aprovar um projeto que era de 1999. Aí, surgiu também a possibilidade de utilizar, por via federal, recurso para manutenção de viário; e entenderam que viário é ponte também. Aí, por entenderam tudo isso, também colocaram as pontes.

Neste ano, só gastamos recursos, para pontes e viadutos, desse fundo. Agora, para 2020, não tem nenhum? Não vamos utilizar mais?

O SR. VITOR ALY – Eu usei o FMDT e estou tomando um processo de

improbidade no Ministério Público, que entende que pontes e viadutos não fazem parte do viário, para o senhor ter uma ideia. Então,...

O SR. PAULO FRANGE – O MP entendeu assim também?

O SR. VITOR ALY – Eu estou tomando um processo de improbidade por isso, por usar o recurso em pontes e viadutos.

O SR. PAULO FRANGE – Secretário, eu tenho muito carinho pelo senhor, mas tem que ser processado mesmo, porque... (Risos)

O SR. VITOR ALY – (Risos) Isso nos honra, né. Vai para o currículo como uma honraria.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Vereador, só para darmos sequência à apresentação,...

- Falas simultâneas.

O SR. VITOR ALY – Nós tivemos um *superávit* no Fundurb. Então, houve um remanejamento, uma discussão com a Secretaria de Fazenda no sentido de a gente utilizar onde a gente pode utilizar com maior intensidade os recursos disponíveis, naquela fonte de receita. Como conseguimos classificar pontes e viadutos na área de mobilidade do Fundurb, são 30%, já fizemos neste ano, inclusive, o remanejamento. Algumas despesas que teríamos no FMDT, pelo excesso de arrecadação que houve no Fundurb, nós já estamos transferindo para o Fundurb. Então, isso foi um acerto junto com a Secretaria da Fazenda.

- Falas simultâneas.

O SR. PAULO FRANGE – Pelas demandas, a gente não vai usar?

O SR. VITOR ALY – Não haverá necessidade, dentro da nossa proposta.

O SR. PAULO FRANGE – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Passo a palavra de imediato ao Sr. Secretário Fernando Chucre.

O SR. FERNANDO CHUCRE – Bom dia a todos e a todas. Agora sim. Vou passar rapidamente, nesse tempo de 10 minutos, o que foi proposto pelo Presidente: a apresentação

de SMDU.

- Orador passa a se referir a imagens em tela de projeção.

O SR. FERNANDO CHUCRE - Nossa área de atuação, especialmente, é a questão de desenvolvimento urbano. Estamos falando de planos e revisão de zoneamento; o próprio Plano Diretor é objeto da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Além disso, a manutenção e a defesa dos preceitos do Plano Diretor e toda a parte de projetos específicos, chamados projetos estratégicos, que temos na Cidade. O Anhangabaú é um exemplo, toda a parte de requalificação do Centro e especialmente os projetos estruturantes. Estamos falando basicamente dos PIUs e das operações urbanas, que são geridas pela SP Urbanismo a partir do momento em que são aprovadas. Essas são, de maneira geral, as principais atribuições da São Paulo Urbanismo e SMDU, pois a São Paulo Urbanismo é empresa vinculada a desenvolvimento urbano.

Outra grande atribuição que há, vinculada à nossa pasta, é um conjunto muito grande de colegiados que fazem gestão de diversos assuntos da Prefeitura. Citei alguns aqui: questão do Conselho Municipal de Política Urbana – CPMU; Câmara Técnica de Legislação e Urbanismo – CTLU, que zela e decide sobre questões que não estão claras, especialmente zoneamento e Plano Diretor, ou seja, aplicação das leis - quando o Licenciamento tem uma dúvida, ele remete à CTLU -; a proteção de paisagem urbana, que é também vinculada à equipe de São Paulo Urbanismo; Conselho Gestor de Desenvolvimento do Fundo de Desenvolvimento, e estou falando basicamente do Fundurb, que é onde temos possibilidades de investimentos importantes da Cidade. Várias das obras que o Secretário Vitor Aly falou antes de mim estão sendo financiadas pelo Fundurb, que teve um comportamento excepcional neste ano. Vou mostrar, um pouco mais à frente, sob o ponto de vista da arrecadação. Além disso, há outros grupos de gestão, como os de operação urbana, pois para cada operação urbana há um grupo específico, e fazemos a gestão desses conselhos que tratam das prioridades de investimentos nesses territórios.

Nossa proposta orçamentária, apesar de todo esse conjunto de ações, é muito

reduzida com relação às outras pastas, basicamente porque temos um vínculo muito direto do nosso custeio com a Fonte 0. Nossa arrecadação, de maneira geral, depende da execução das operações urbanas, especialmente São Paulo Urbanismo, empresa cuja arrecadação depende muito, está diretamente vinculada à eficiência na execução dos recursos das operações urbanas e dos PIUs, futuramente, a partir do momento em que eles sejam aprovados aqui na Câmara Municipal.

Então, nosso Orçamento, de maneira geral, é de aproximadamente 40 milhões de reais, sendo 38 milhões para custeio e 1,8 milhão para investimentos específicos em áreas como GeoSampa e outros departamentos que temos vinculados em SMDU e São Paulo Urbanismo.

Quando falamos em custeio, para abrir um pouco os 38 milhões, estamos falando em 25 milhões, quase 26 milhões com despesas com pessoal; 190 mil de despesas em bens permanentes e materiais de consumo; 2 milhões, 328 mil, que basicamente tem a ver com a questão predial, do Edifício Martinelli, despesas com manutenção da estrutura da SMDU. São Paulo Urbanismo tem também despesas vinculadas de aproximadamente 6,5 milhões. E informática, lembrando que o GeoInfo, que é a base de dados georreferenciada do Município inteiro, de que todas as Secretarias fazem uso, está embaixo da SMDU, assim como GeoSampa e Participe – Gestão Urbana, que é utilizada pelo conjunto das Secretarias em processos participativos especialmente, de consulta pública.

Com relação ao Fundurb, passarei a informação rapidamente. O Vereador Frange fez uma pergunta em relação ao FMDT. Por questões muito específicas, o FMDT acabou arrecadando muito menos recursos do que o previsto desse ano. Em compensação, o Fundurb teve uma arrecadação excepcional, pela retomada do mercado imobiliário; ou seja, da venda e outorga por parte da Prefeitura para a produção de unidades não só para o mercado habitacional, mas para a construção civil de maneira geral no Município. Então, a arrecadação do Município neste ano está quase o dobro do que foi feito nos anos anteriores, especialmente.

O Fundurb tem uma lógica de investimentos. Ultimamente, de forma majoritária,

foram gastos por Sehab; estamos com uma média de 46% de gastos por todas as secretarias: 4%, Secretaria de Cultura; 2%, SMDU; 12%, Transportes; SMSub, 11%, e 25% diretamente por Siurb. Lembro que, no caso de Siurb, diversas dessas obras das outras Secretarias acabam sendo repassadas novamente para Siurb para execução de projetos, como o Vitor apresentou anteriormente: projetos de mobilidade, no caso de transportes; projetos na área de educação, na área de saúde, e outros, de infraestrutura principalmente.

(Imagem) No Fundurb, lembro que havia a restrição, recentemente alterada, de que 30% dos recursos desse fundo ficam vinculados à questão de terrenos para Habitações de Interesse Social.

(Imagem) Com relação à mobilidade, há também a mesma obrigação de 30%. Historicamente, é gasto um valor maior do que esse, distribuído em várias secretarias, e executado majoritariamente por Siurb. São as obrigаторiedades com relação ao gasto dos recursos do Fundurb.

(Imagem) Aqui, uma das coisas que estamos utilizando de recursos, deste ano especificamente. Foi divulgado amplamente, os Vereadores devem ter tido conhecimento especialmente do PEC, o Plano de Execução de Calçadas. Chama-se emergencial, mas é basicamente o nosso plano de investimento de calçadas, em que SMDU e São Paulo Urbanismo fizeram um trabalho de identificação, usando vários critérios técnicos, quais são as calçadas prioritárias a serem requalificadas em São Paulo, que gerou agora esse investimento, que foi amplamente divulgado, de 200 milhões para este ano, 200 milhões para o ano que vem – para a requalificação de calçadas nas centralidades, onde passa mais gente, próximas de terminais de ônibus, metrô e trem e nas chamadas centralidades, onde existe grande circulação de pessoas no município de São Paulo.

(Imagem) Passando alguns exemplos, rapidamente. Aqui, a Avenida Mateo Bei, que está no PEC.

(Imagem) Aqui, ciclofaixa, lembrando que o plano cicloviário também está no Fundurb; está sendo financiado por recursos de venda de outorga onerosa no município de

São Paulo. O plano inteiro, esse ano, que entrou no Fundurb, é de 73 milhões; o novo plano cicloviário está sendo pago pelo Fundurb. (Imagem) No caso, também, algumas obras: o Pirituba-Lapa é uma obra que se viabilizou graças à arrecadação extra também do Fundurb. O Vitor já tinha, lá, todos os projetos montados; acho que já havia até licitação, não é, Vitor? Então, foi uma oportunidade, sob o ponto de vista orçamentário, de se realocarem recursos para obras que não tínhamos condições orçamentárias de executar nos últimos anos.

É importante lembrar, o Vitor Aly falou sobre isso, que temos feito um trabalho mensal de reavaliação dos investimentos do Fundurb. Então, ao contrário do que se fazia anteriormente, quando havia uma frequência menor com relação à reavaliação desses recursos, a gente só monitorava, todos os meses estão sendo reavaliados os recursos sob o ponto de vista de capacidades de execução das Secretarias. E em relação às Secretarias que não têm conseguido executar, a gente remaneja imediatamente os recursos para outras obras que tenham possibilidades de execução maior; ou obras novas, que não estavam previstas.

(Imagem) Estamos no caso dos centros de cultura. Não lembro o número. São 36, Thalita, que estão sendo requalificados? (Pausa) Quarenta e três centros culturais no Município de São Paulo estão sendo reformados com recursos do Fundurb também neste ano.

(Imagem) Aqui, a Casa de Cultura de São Mateus, como exemplo.

(Imagem) Projetos de requalificação. Para além das calçadas, é importante lembrar, que a Prefeitura tem os chamados projetos especiais. Estamos para iniciar, esperamos que ainda neste ano, as obras das calçadas do centro histórico.

(Imagem) Praça das Artes. O Vitor está me lembrando que, para a Praça das Artes, conseguimos colocar o recurso que faltava para terminar essa obra por conta desse remanejamento, que estamos fazendo mensalmente. Isso viabilizou também o término daquela obra.

(Imagem) Voltando para as calçadas especiais, Centro Novo, para além do Anhangabaú, que está sendo executado. Todos os calçadões do chamado Centro Velho, Centro Novo e toda a área do Mercado, que concentram o maior fluxo de pedestres da região

central, estão também com projetos em andamento para que possam ser viabilizados. Há recursos para isso, para que possa ser feita essa obra também num contexto mais amplo, que é de requalificação e de aumento de atratividade, especialmente para a questão de moradia para a região central de São Paulo. O PIU Centro será encaminhado para a Câmara Municipal. Aachamos que para dezembro não conseguiremos mais, mas no máximo em janeiro estará sendo encaminhado a esta Casa o PIU Centro. Há uma série de outras ferramentas necessárias a essa tão esperada requalificação da área central.

(Imagem) Habitação. Vou mostrar várias obras. No caso, Paraisópolis, Parque Sanfona. (Imagem) Viela da Paz, com obras em andamento graças aos recursos do Fundurb.

(Imagem) Estou mostrando algumas, gente, devido a um grande número de obras existentes, vinculadas ao Fundurb. Chácara do Conde tem 800 unidades em obras e há mais aproximadamente 800, que devemos iniciar agora proximamente.

(Imagem) Aqui é importante mostrar. Cada cor dessas que está no gráfico é um ano, considerando o Fundurb desde o momento em que ele foi criado, mostrando objetivamente o que houve de crescimento. A última faixa de cima, essa linha de cima, meio roxinha, mostra o comportamento de arrecadação mês a mês do Fundurb, que é absolutamente fora da média, o que foi, repito, uma oportunidade, sob o ponto orçamentário, de iniciarmos obras não previstas. E foi também um problema, porque fomos, inclusive, questionados recentemente na Câmara Municipal. Estive aqui numa das Comissões da Casa prestando esclarecimentos sobre o porquê existiam recursos no Fundurb, vamos chamar assim, não utilizados. Então, reforçando a tese: todos estão vinculados a obras, e por conta dessa arrecadação excepcional, acabamos dando ordens de serviço neste ano. A ponte Pirituba-Lapa é um ótimo exemplo. Então, começa a medir fortemente agora, nesse segundo semestre, esse comportamento com relação a não execução, que deve estar equilibrado a partir de 2020, com certeza absoluta; essa é a nossa expectativa.

(Pausa) Graúna e Gaivotas também. O Vitor está me lembrando aqui.

(Imagem) Só para mostrar os últimos três anos, para mostrar claramente essa

tendência, essa mudança de patamar de arrecadação do Fundurb. A expectativa, é importante dizer, que em 2020 se mantenha esse patamar bastante elevado de arrecadação. A gente está falando em alguma coisa entre 700 e 800 milhões de reais por ano, se considerar somente o ano de 2019 e 2020.

Plano anual de aplicação. Então quais os projetos que estão vinculados. Aí lembrando da tese anterior. Ali é a questão de inteligência. Então a gente paga, principalmente através da SPUrbanismo. A SMDU contrata a SPUrbanismo para desenvolver projetos estratégicos para a cidade. Então eu vou passar rapidamente uma lista desses projetos. Pode passar a lista, por favor.

Estamos colocando os projetos principais. Então o PIU Arco Tietê, que já está em consulta pública; o bairro de Tamanduateí; o Jockey Club; o PIU Minhocão; o Arco Leste; os PIUs dos eixos de desenvolvimento urbano, que a gente está desenvolvendo; os projetos estratégicos do Arco Faria Lima. Lembrando que, para além da operação urbana, tem uma série de outras operações no entorno – Jockey é uma delas; tem a chamada Nações Unidas, que a gente também está tentando criar uma estratégia de desenvolvimento adicional para aquela região. Projetos de calçada, de maneira geral; o Mercadão. Um projeto que é muito barato e que me agrada muito, pessoalmente, que é a questão do Centro Aberto, que é a possibilidade de implantar novos equipamentos no mesmo modelo que a gente tem no centro de São Paulo também nas chamadas centralidades, que é na periferia de São Paulo, em áreas onde existe um fluxo muito grande de pedestres. Largo XIII. Aí tem o Triângulo São Paulo, que eu já falei; e outras questões, no caso, vinculadas à questão do Ipiranga – um plano de requalificação da orla fluvial do Arco do Ipiranga.

Eu vou direto para as fotos.

A maior parte desses valores eu estou falando em contratação da SPUrbanismo para a execução dos planos. Então Arco Tietê; bairro de Tamanduateí; o Jockey Club. Lembrando que tem uma proposta do Prefeito de criar um parque privado de uso público naquele espaço, e resolver algumas questões que se arrastam há décadas com relação ao

Jockey Club, principalmente com relação a dívidas que tem com a Prefeitura de São Paulo, vinculadas a IPTU, especialmente. O PIU do Minhocão, que é uma das coisas nas quais a SMDU tem se debruçado bastante sobre isso, em parceria com várias secretarias. É bastante polêmico, mas nós defendemos uma tese, que eu acho que é pública, a questão não da demolição, mas da reestruturação daquele espaço com outros usos. Também o PIU Arco Leste; estratégias de desenvolvimento de regiões específica, conforme estava previsto no plano diretor. A questão dos eixos de movimento. Pode ir passando, que eu acho que eu já falei de todos. O Faria Lima; Mercadão, entorno do Mercadão; Centro Aberto. E aí os locais pré-definidos para a expansão do modelo do Centro Aberto. Esperamos, ano que vem, implantar vários deles logo no primeiro semestre. Cinco já estão prontos para contratação e tem uma outra série deles que estão sendo estudados pela SPUrbanismo que a gente deve implantar. Também o Largo XIII e entorno. Aí o projeto do triângulo, especificamente também, que tem um projeto de paisagem urbana – não só a questão do ordenamento da paisagem urbana, não só a questão das calçadas.

Operações urbanas. Vamos lembrar, até aproveitando a faixa que estão colocando, dos funcionários, especialmente, da SPUrbanismo.

A SPUrbanismo tem passado por um problema nos últimos anos, especificamente, porque, vamos lembrar, a grande parte da remuneração da SPUrbanismo está vinculada à execução das operações urbanas – ela recebe uma taxa de administração das operações urbanas, dos recursos das operações urbanas. E, ultimamente, algumas, porque não houve interesse de mercado; outras, porque não houve leilão recentemente; outros, por problemas de execução da própria Prefeitura. Houve uma redução muito grande da execução de recursos dessas operações urbanas. Então diminuiu também a arrecadação da SPUrbanismo, que gerou uma série de problemas de sustentabilidade sob o ponto de vista orçamentária da empresa, que acabou gerando uma tomada de decisão por parte da diretoria, da presidência e da SMDU, com relação a ajuste na estrutura. Mas é só para não deixar em branco, para não deixar de falar aqui da faixa.

Recurso previsto para 2020 em cada uma das operações.

Água Branca, que está aqui para ser aprovado na Câmara: a nossa expectativa é de que seja aprovada ainda esse ano. Nós teremos condição de executar 280 milhões, o que já está garantido com recursos da operação e, se aprovarmos a operação este ano, teria uma previsão de arrecadação importante de novas obras que poderiam ser inseridas em médio prazo naquela região, o que é muito importante para o desenvolvimento da Cidade.

(Imagem) Esta é a foto especialmente da área habitacional, chamada de subsetor A-1, que está lá há algum tempo e para o qual nós conseguimos soltar a licitação, e a obra deve se iniciar no ano que vem, além de diversas outras obras de infraestrutura; Mario Soares e outras.

(Imagem) Água Espriada, a mesma coisa. Há ali alguns conjuntos habitacionais importantes em obras, a maior parte pela Siurb e alguns pela Sehab e há a previsão da chamada Via Parque, com quatro trechos previstos para o ano que vem.

(Imagem) Operação Urbana Centro. Lembrando que ela tem baixíssimo recurso; é outra dos PIU que estamos substituindo a partir do ano que vem. Assim que a Câmara conseguir aprovar esse projeto, partiremos para um novo modelo de operação, já que a Operação Urbana foi a que menos arrecadou. A próxima estratégia será muito mais agressiva para poder requalificar o centro e trazer pessoas de várias faixas de renda para residir aqui nesta região.

Para não perder a oportunidade com vários Vereadores presentes, pedimos sempre o esforço e a ajuda de vocês no sentido de viabilizar essas operações, porque, quando falamos desse conjunto de Operações Urbanas que está sendo feito – no caso é revisão de Operações Urbanas – e PIUs, falamos do potencial de arrecadação de 11 bilhões de reais em médio prazo para o Município de São Paulo fazer investimentos em obras de habitação, de infraestrutura e diversas obras necessárias à requalificação desses territórios. Por isso, a aprovação dessas operações é muito importante para a Cidade de maneira geral e também para nós. Então, Vereadores, se puderem nos ajudar, agradecemos muito.

(Imagem) Para a Faria Lima, nós temos um leilão previsto ainda para o mês de novembro, especificamente no dia 13. Além desses 243 milhões, que é a previsão de orçamento para o ano que vem, uma previsão de arrecadação de um valor em torno de 800 milhões, que vai viabilizar também outro conjunto de obras no Jardim Panorama, que é habitacional, e uma série de outras obras de infraestrutura, como o túnel do Boulevard da JK e outras obras importantes para região.

(Imagem) Este é o Coliseu.

(Imagem) Habitacionais.

(Imagem) Faria Lima, que são também as ciclopasseiras; há corredores de ônibus ciclopasseiras e ciclovias; um número muito grande naquela região, além das calçadas.

A má notícia para o Vitor Aly é que vai sobrar para ele, que vai ter que executar tudo.

Acho que é essa a visão geral da Secretaria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretário Fernando Chucre.

Anuncio a presença dos Vereadores Isac Felix, Atílio Francisco e João Jorge. Aproveito para convidar o Vereador João Jorge e o Vereador Suplicy para compor a Mesa.

Tem a palavra o Sr. Radyr Papini, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal das Subprefeituras.

O SR. RADYR PAPINI – Boa tarde a todos.

Vou dar um panorama geral de como está o nosso orçamento para o próximo exercício e de algumas mudanças estruturais que vamos fazer.

(Imagem) O nosso orçamento teve um aumento significativo. Podemos perceber que houve um aumento em linhas gerais, mas mudamos a estratégia de execução de algumas coisas. Por isso, algumas dotações vão ter diminuição e outras vão ter acréscimo, mas acreditamos que vamos conseguir dar uma linha principal na zeladoria da Cidade e na parte de

recapeamento, com estratégias e tecnologias novas que estamos usando.

O próximo orçamento, então, teve um aumento de 23% do programado para este ano, e já começamos com o orçamento neste mesmo nível.

(Imagem) Para a Zeladoria, houve o aumento do orçamento do ano passado de 33% no valor inicial. Como conseguimos completar as atas, estamos praticamente com as equipes em todas as regiões da Cidade e estamos conseguindo fazer uma zeladoria plena.

Aumentamos algumas equipes de paisagismo. Vocês podem ver um projeto nosso de paisagismo, que começou na Avenida Bandeirantes, passou pela Avenida Nova, na zona Norte, e agora está na Radial Leste. Então, estamos fazendo uma requalificação das vias principais da Cidade.

Modificamos a tecnologia. Estamos lançando um próximo edital para tapa-buraco com possibilidade de melhores tecnologias. Pela primeira vez na cidade de São Paulo, temos um serviço de controle tecnológico do serviço de tapa-buraco. Temos um laboratório que acompanha a massa que é feita, um laboratório acompanhando a aplicação na rua, a compactação. Com isso, estamos conseguindo uma economia de material e uma qualidade de serviço bem maior e uma produtividade bem melhor no tapa-buraco.

Aumentamos bastante o serviço de drenagem e de limpeza de córregos. No ano passado, nenhuma das subs começou esse serviço, que agora está em todas elas, com bastante equipes trabalhando. Como estamos entrando no período de chuva, todos os córregos praticamente estão limpos, e estamos com equipes em espera, porque sabemos que, quando chove, o córrego que está limpo enche de lixo. Por isso, as equipes já estão de prontidão agora – inclusive hoje elas já estão pelas ruas – limpando o material da chuva de ontem. Esses plantões estão bem mais eficientes.

Houve, portanto, bastante mudança na zeladoria e acréscimo de equipes e serviços.

(Imagem) Na pavimentação e no recape houve um aumento substancial. Mais para frente, vamos ver que houve uma diminuição no Fundo de Multa, que era a nossa fonte

principal para pavimentação; está vindo agora, por financiamento e fonte da Prefeitura.

Na pavimentação, fizemos mudança neste ano, uma parceria bem grande com o TCM para implementação de tecnologia na pavimentação. Pela primeira vez, há um mapa da Cidade com a qualidade das ruas, feito em parceria com a Poli, com o pessoal da FMDT, que pode nos direcionar para uma melhor utilização do recape.

Também para fazer o recape, estamos usando uma tecnologia nova, que é o Pavi-Scan, um scanner que passa antes em todos os pavimentos da rua para verificar exatamente qual o tipo de recape deve ser feito no local, se uma micropavimentação, se uma pavimentação mais profunda, se uma reconstrução completa. Isso nos tem feito economizar 40% do recurso e conseguimos pavimentar muito mais áreas com o mesmo recurso.

Contratamos também o serviço de controle tecnológico da pavimentação. Temos um laboratório que vai antes verificar como é que está a qualidade da via para confirmar esses dados do que vamos recapear e, depois, vamos lá para ver o serviço que foi entregue pela prestadora de serviço. Durante isso, acompanham a qualidade e a temperatura da massa. Então, estamos com um acompanhamento tecnológico muito bem feito da pavimentação da Cidade.

Vamos ter um incremento substancial. Uma parte disso vai ser usada para micropavimentação. Pela primeira vez, nós vamos conseguir entrar nas ruas de menos movimento. Tradicionalmente, São Paulo faz vias coletoras e vias principais, porque demanda uma manutenção muito mais frequente. Assim, vamos conseguir entrar nos bairros, vamos começar a fazer aquela rua do bairro, ruas de bairros onde o asfalto está muito depredado, que nunca teve manutenção, que foi feito e está lá há 80 anos sem manutenção. Então, a partir deste ano, vamos começar a entrar nessas ruas de menor movimento. Como temos o mapa das que estão piores, conseguimos definir quais estão em estado péssimo na nossa qualificação, e começaremos por elas.

(Imagem) Na melhoria de calçadas, nós tiramos a fonte 00, porque estamos usando o Fundurb para calçadas.

(Imagem) O PAC também caiu em relação ao orçamento do ano passado. Apesar de o nosso orçamento ter aumentado, mudamos a distribuição do recurso.

(Imagem) Estamos começando com um recurso do Fundurb bem superior ao do ano passado. Conforme a arrecadação vai aumentando, vamos recebendo recursos. Temos recebido bastante recurso por conta de calçada, de asfalto, de recape e de melhoria de bairro também. Acreditamos que, ao longo do ano, para a execução, vamos ter a mesma quantidade de recursos do Fundurb, até um pouco mais do que no ano passado. Como se pode ver, ele já vai iniciar com um orçamento maior do que o de 2019.

Para melhoria de bairro, o recurso foi mudado desta dotação para outras. Por exemplo, estamos com a equipe de verde, que atua sem precisar de uma obra efetivamente: às vezes, conseguimos ser mais efetivos e mais econômicos e estamos fazendo o recape com outros fundos; para as calçadas, o recurso também está vindo do Fundurb.

A nossa ata foi um sucesso. Conseguimos reduzir em mais de 50% o custo da calçada na cidade de São Paulo. Por isso, vamos fazer muito mais calçada com a mesma quantidade de recurso; como está vindo de outras fontes, também acabamos reduzindo a fonte 00.

(Imagem) Para o tapa-buracos, tivemos um aumento substancial. Acreditamos que, com esse serviço, aliado à tecnologia que estamos implantando e com os sistemas de controle, nós vamos conseguir dar uma resposta muito mais eficiente à necessidade do cidadão. Já recebemos recurso extra a partir deste ano e, para o ano que vem, nós vamos trabalhar com equipes cheias.

Aumentamos a nossa capacidade de produção ao contratar as usinas, porque havia um limite de produção na usina da Prefeitura e houve uma ação do Ministério Público fez com que tivéssemos que fechá-la. Contratamos as usinas e conseguimos aumentar sua produtividade. Aumentando a produtividade, conseguimos mais recursos para mais equipes e, assim, vamos ter, efetivamente, um serviço de tapa-buraco muito mais eficiente no próximo exercício.

(Imagem) O Fundo de Multa é só uma demonstração daquilo que realmente já foi falado pelos Secretários.

O recurso do Fundo de Multa caiu muito, e nós distribuimos para outras fontes.

(Imagem) Houve uma diminuição das áreas de risco. Temos trabalhado em conjunto com a Siurb em algumas obras. Iniciamos o ano com menos áreas e, ao longo da execução do ano e conforme as necessidades, vamos receber mais recursos.

Com o FMSAI é a mesma coisa: utilizamos muito esse recurso para obras de risco, porém, conforme ele vai entrando, vai sendo arrecadado, vai havendo *superávit* no ano – isso pode ser visto pelo orçamento do ano anterior: começamos com o orçamento já maior do que o do anterior –, que vai sendo repassados para a Secretaria para podermos complementar as obras.

(Imagem) Os Conselhos Tutelares estão saindo da nossa Secretaria, e todo o orçamento do ano que vem está indo para a Secretaria de Direitos Humanos, que vai fazer a gestão plena, completa dos Conselhos. Como é uma Secretaria que tem muito mais a ver com o tema, acreditamos que ela vá conseguir dar a atenção e o foco que os Conselhos necessitam, muito mais do que nós, que cuidamos da zeladoria, da limpeza e manutenção da Cidade. Então, está indo para quem realmente entende da natureza desse objeto.

(Imagem) Recebemos 1,6 milhão para a manutenção dos Descomplica, que estão sendo implantados em toda a Cidade. Eu acho que isso vai dar uma requalificada no atendimento ao munícipe. Vamos repassar também a maneira de atuar das praças de atendimento, para poder ter um serviço mais eficiente e mais moderno na Cidade. Pode passar.

Pessoal e auxílio, tivemos o reajuste referente à movimentação só de acréscimo de alguns departamentos que a gente recebeu. Recebemos, neste ano, Convias, Abast, é só a movimentação orgânica dessa despesa. Pode passar.

Demais atividades, isso reflete um aumento que tivemos para a questão do administrativo das subprefeituras, que também não estavam com contratos plenos, então a

gente vai ter esse aumento de recursos. Pode passar, por favor.

Dentro desses aumentos, essa diferença está em algumas questões, como, por exemplo, a gente aumentou as equipes de fiscalização do comércio ilegal. Com a implantação do Programa Tô Legal, a gente já trouxe três mil ambulantes que estavam em situação totalmente irregular na Cidade para a regularidade. Esse número vem crescendo, eles têm aderido ao Programa. Com essas equipes reforçadas, agora concentradas na Secretaria, elas estavam espalhadas pelas subprefeituras, a gente pode dar um apoio a esse ambulante que se regularizou, que veio a ser regularizado, pode também combater o ambulante que está no lugar que acaba atrapalhando a movimentação da Cidade.

Seis milhões é um programa de eficiência energética que o Ilume vai tocar, a partir do próximo ano, para redução do consumo de energia elétrica nas unidades da Prefeitura. É um grande estudo que vai ser feito para redução para custo, tipo de iluminação, uma modernização mesmo. Praticamente 1,5 milhão que a gente está recebendo que é orçamento da Secretaria de Abastecimento.

Basicamente isso é a locação do nosso recurso, lembrando que a gente teve um bom aumento no nosso orçamento para zeladoria neste ano. Acreditamos que vamos conseguir entregar um bom trabalho para 2020.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Radyr.

Peço à secretaria que nos passe a lista dos inscritos.

Anuncio que compõe a nossa Mesa o Sr. Mario Mondolfo, Presidente da SP Obras, que ficou aqui no lugar do Secretário Vitor Aly, que teve de se ausentar. Ele ficou aqui, junto com o corpo técnico e o chefe de gabinete, para poder dar sequência à nossa audiência pública.

Questiono se o Sr. Vicente quer fazer uma exposição inicial. (Pausa) Não?

Passemos para os inscritos. A primeira inscrita é a Sra. Sônia Chiaradia, Diretora de Participação e Representação dos Empregados, da SP Urbanismo. Em seguida o Sr. André Ramos, Diretor do Sincohab. Cada um tem o tempo de até três minutos para fazer uso da

palavra. Aviso com dois minutos e meio.

A SRA. SÔNIA CHIARADIA - Bom dia aos Secretários, aos Vereadores e aos presentes. Enquanto representante dos empregados, enquanto diretora da empresa, em primeiro lugar quero colocar que a apresentação do Secretário Chucre pontuou muito do trabalho que a própria SP Urbanismo faz. Acho que 100% do que foi apresentado é SP Urbanismo.

Por incrível que pareça, a SP Urbanismo, em 2020, passa a ser dependente. O que é incrível pela história que ela tem e pelo trabalho apresentado. Não dá para entender.

A gente levantou que o orçamento encaminhado para cá foi de 27 milhões para a folha de pagamento. A nossa folha de pagamento, até setembro, foi de 31 milhões. Acho que aquela faixa explica o que está acontecendo na empresa.

Se a gente aplicar o reajuste que não foi concedido no ano passado, que os empregados abriram mão exatamente para não acontecer aquilo que está acontecendo e jogar em abril deste ano, mas que ainda não foi concedido nenhum reajuste neste ano, a folha que deveria ter vindo seria de 28 milhões.

Não estou entrando no mérito. Porém, a folha exata, hoje, com esses reajustes, seria de 33 milhões. Estão faltando cinco milhões.

Se a gente pegar o item 3.3 90 39 00, que trata dos serviços de terceiros, o executado no Sadin, hoje, é de 1,5 milhão. Historicamente tem sido isso, em torno de 1,5 - 1,6 milhão. Incrivelmente, em 2020, passa para 6,8 milhões. É a diferença da nossa folha de pagamento, o que teoricamente a gente entenderia como serviços contratados de terceiros que seriam os nossos serviços.

Outra coisa que chama atenção é que com essas demissões os nossos funcionários de carreira passam a ser 77 ativos. Porque a nossa folha, hoje, no Sadin, consta que a gente tem 14 empregados considerados empregados da empresa, porém afastados por doença, ou seja, são os aposentados por invalidez. Eles nunca mais vão voltar para a nossa folha.

Dessa forma, vamos ter 41 empregados de livre provimento, contra 77 empregados de carreira. Isso impacta para nós. Acho que a SP Urbanismo, a Emurb, sempre foi muito importante e muito mais, pela própria apresentação do Secretário, por isso a gente não entende por que estamos passando por esse desmonte da nossa estrutura técnica.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Sônia.

Próximo inscrito é o Sr. André Ramos, em seguida o Sr. Rapper Pirata, do Fórum de Hip Hop. (Palmas)

O SR. ANDRÉ RAMOS - Bom dia Secretário Fernando Chucre, na figura do senhor eu cumprimento os demais membros do Executivo; cumprimento os Vereadores e meus companheiros da São Paulo Urbanismo, que trabalham junto comigo. Sou diretor do Sincohab, também sou funcionário de carreira da São Paulo Urbanismo.

O que vou dizer aqui é fruto da colaboração dos meus colegas. A São Paulo Urbanismo é responsável por elaborar e implementar os projetos urbanos da nossa cidade. A política urbana e ambiental é de grande importância para construir cidades justas e democráticas para a presente e as futuras gerações.

É um capítulo da Lei Orgânica do Município e fruto da Administração Pública. É fundamental que a Administração Pública tenha condições de construir e implementar o seu desenvolvimento urbano na garantia do interesse público.

O desmonte da empresa, abrindo mão dos seus servidores de carreira e contratando assessores que vêm de escritórios privados de arquitetura, não vai permitir que o desenvolvimento urbano seja plenamente alcançado.

Os funcionários contratados pelo último concurso, os quais são tidos como modelo, sequer ganham o piso salarial da categoria e não possuem aplicação de qualquer tipo de plano de carreira desde o seu ingresso há quatro ou cinco anos.

Vereador Paulo Frange, sem a São Paulo Urbanismo projetos específicos para o desenvolvimento dos setores da macroárea de estruturação metropolitana não serão possíveis. Não conseguiremos fazer projetos para desenvolver áreas tão importantes do Município, como

o eixo noroeste e a Fernão Dias.

Vereador Guedes, sem a gente quem vai fazer o projeto do Arco Leste para a Jacu Pêssego?

Vereadora Francine, a senhora já foi Subprefeita da Lapa, sabe da importância de uma boa gestão para garantir as obras da Operação Urbana Água Branca para o desenvolvimento da região e para o fim das enchentes da região do Sumaré.

Vereadores Isac, Suplicy, George e Atilio, os senhores sabem da importância da Emurb, fundada em 1971. Sabem também da importância do planejamento urbano. Por favor, peço que os senhores nos ajudem a continuar trabalhando. Peço que nos ajudem a continuar construindo a nossa cidade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. André Ramos.

Próximo inscrito é o Sr. Rapper Pirata, do Fórum de Hip Hop. (Palmas)

O SR. RAPPER PIRATA - Só não entendo alguns discursos que o Governo gosta de fazer, liga? Nós estamos economizando, mas aumentou a verba. É muito estranho, liga? Fiz um planejamento de asfaltamento que vai diminuir todo valor, só que está aumentado a verba. Mas eu vou falar da cultura, que é mais tranquilo.

É ruim falar que a subprefeitura é só para zeladoria. A função dela, no início, não era isso. Carlos Trevas é um professor ele me explicou isso numa parada que eu estava. Esse Carlos Trevas, vai consultar o que é uma subprefeitura, porque é ruim. É na subprefeitura que estão os munícipes que estão aqui, né.

Mas eu vou falar da cultura, é mais tranquilo, faz parte da estrutura de uma subprefeitura. O assessor da cultura não é um *office boy*, não pode ser um cargo lá para alguém receber salário. Todos os cargos do Município recebem salário, e aí vou fazer o cálculo de R\$ 1,45 que, para 11 milhões de habitantes, vai dar 16 milhões de reais, para cada uma das 32 subprefeituras, vai dar 500 mil reais para investir em cultura. Fácil.

Estou falando isso porque quando mostram os desenhos, mostram os mapas,

vamos supor, vai fazer o Anhangabaú, mas a gente mostra o cimento, mostra o desenho, mas há pessoas lá. A população de rua aumentou prá caramba. Eu moro no Centro, eu não vejo sair esse negócio da habitação. Não sei se vai dar tempo? Sempre me preocupo com o tempo. Como vai resolver o problema da população de rua? Esse triângulo do Centro, o que vai fazer com esses seres humanos que geram impostos? Até quem usa *crack*. A cocaína é ilegal, mas o isqueiro não é, o bicarbonato não é, tudo isso gera custo e o Município recebe. A gente precisa se preocupar com seres humanos, certo?

Eu não sei se vai dar tempo de tudo o que o Governo está fazendo. E eu queria que o Governo falasse de pessoas. Estou falando da área de cultura para gerar trabalho. Investir na área de cultura para gerar trabalho para as pessoas.

Os camelôs que a gente fala tanto. “Combater os camelôs” não é uma fala sadia. Não se combate trabalhadores, ou empresários. Há empresários grandes e os pequenos. As pessoas que trabalham na rua também são empresários. Esses não devem ser combatidos, mas é preciso criar coisas porque eles são empreendedores. Ou não são, pela lógica do mundo de hoje? Eles não são empreendedores? Ou eu estou viajando.

A gente precisa gerar trabalho, o problema da Cidade é trabalho e a população resolve a todo momento. Eu preciso saber como o Governo vai fazer com essas pessoas? Com as pessoas. Todo esse dinheiro público. Aí é muito louco, porque os caras da engenharia, vão desempregar pessoas para alguém receber alguma coisa, porque vai terceirizar, o pessoal da engenharia que trabalha com exatas vem aqui falar que não vai dar tempo, porque precisa de vir a engenharia, tem toda uma burocracia do Estado. Eu não sei se vocês vão entregar.

Este Governo precisa falar com pessoas. Não tenham medo de falar com gente, porque são gente que votam, gente que paga salário e servidor público no restaurante estado serve, não pode ser servido. Faça uma política para pessoas. Não para empresários.

A pessoa que está em situação de rua vocês tem de cuidar e uma pessoa que é camelô é empresário também, pela lógica do empreendedorismo. Certo? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado Sr. Rapper Pirata.

A próxima inscrita é a Sra. Annabella Andrade, da Comunidade Brasil. Em seguida, o Sr. Eduardo Carvalho, Poder e Renovação.

A SRA. ANNABELLA ANDRADE - Bom dia a todos e todas. Meu pleito é o seguinte: eu moro e trabalho no Centro, meu companheiro mora na Avenida Paulista e eu perto da Santa Cecília. São duas realidades completamente diferentes.

O nosso chefe de gabinete falou sobre a zeladoria, que está péssima. Botaram a Sustentare, que é uma empresa que tem até denúncia de *offshore*. Eles não nos recebem, quando recebem falam que é uma licitação e que não devem falar com munícipe. Mandam a gente para Amlurb. A gente conversa com o pessoal da Amlurb e as pessoas de lá não têm proficiência técnica.

Estão mandando embora pessoas concursadas. Eu faço pós-doc em gestão pública, estudo porque sou mulher, se eu não estudar serei invisível. Já fomos invisibilizadas aqui no bom dia desta mesa: “bom dia a todos” e eu e você mulher... é por aqui que a conversa começa.

Nós do Minhocão fomos contra. Eu era do Minhocão, a Soninha sabe, eu militei pelo Minhocão. Agora, nós não queremos o Minhocão.

Ontem eu levei uma idosa na UBS, não tinha medicamento para pressão. Então, gente, vamos conversar. O nosso querido chefe de gabinete o senhor foi belíssimo na sua apresentação, pergunto se a apresentação é para esta cidade, porque eu estou achando que é onde meu filho mora, em Vancouver, lá no Canadá. É de lá que o senhor passou isso. A gente tem problemas seriíssimos.

Eu trabalho numa RPPM lá em Parelheiros. São 42 para ir e 42 para voltar. Se chover tenho de dormir lá, não posso voltar para casa porque cai árvore, não tem estrada. É uma loucura.

Ontem saiu a pesquisa da desigualdade social. Todo mundo viu isso? Gente! É isso que a gente tem de ver. A gente já tem uma pesquisa, não tem de inventar a roda. O que vocês têm de fazer aqui, que é a parte de democracia participativa - foi D. Marta que fez isso, não é

Suplicy? Nós não temos conversa, não temos voz, não há oitiva. O Subprefeito da Sé não recebe. Ele é agente público, ele é obrigado a nos receber. Eu tive de ir ao Ministério Público para pedir uma audiência... Pelo amor de Deus! Como assim? Eles estão aqui para nos servir, não é diferente. Entendeu? Estado serve o povo. Isso é constitucional.

A gente vai entrar com 200 coisas no Ministério Público sobre o Minhocão. Não nos interessa essa obra. Aliás, eu sou ciclista e ando bem. Agora, quem é “carrocrata” se tirar o Minhocão, quem vem da zona Leste não chega.

É isso. Nós queremos diálogo, nós queremos saber como vão ser feitas essas obras. Porque fizeram a da 7 de Abril, Secretários, passem lá para ver a nojeira que está aquilo lá. Quem usa salto alto não anda naquela rua.

É isso. A gente quer saber da qualidade da obra.

Até logo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado Sra. Annabella Andrade.

Próximo inscrito o Sr. Eduardo Carvalho, Poder e Renovação. Em seguida o Sr. Fabio Siqueira.

O SR. EDUARDO CARVALHO - Bom dia. É claro que não estamos aqui para ensinar o Pai Nosso ao vigário, mas às vezes a gente parece que sente que sim. Porque são mais de 2 milhões de pessoas vivendo em favelas, não estou falando de áreas favelizadas.

O Mike Davis editou um livro, com o título *Planeta Favela*, onde ele explica o fenômeno do crescimento das favelas e das áreas favelizadas. Se a gente tem dois milhões de pessoas morando em favelas, nas áreas favelizadas vai atingir 50% da população do País. E aí a gente é obrigado a ver o pessoal passando por essa situação aí.

Então, eu acho que é preciso fazerem pesquisa sociológica na área técnica, na área da engenharia. Já disse aqui que favela deixou de ser um termo direto. Hoje é um termo sociológico. Vejam bem: Dois milhões de pessoas que estão nas piores favelas, as de madeira. Aí estão distantes de tudo o que podem imaginar, inclusive da cultura, como disse o Sr. Pirata. Então, a gente, pelo menos, sugere que façam estudo sociológico, para conhecer como esse

mundo aqui está caminhando. Sugiro que deem uma olhadinha no livro do Mike Davis, Planeta Favela, onde ele explica onde iremos parar. Aí eu concordo com a companheira falou agora. Essa apresentação está parecendo a de Vancouver mesmo. Quando a gente olha São Paulo, o que está crescendo é o número de favelas e de áreas favelizadas.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia, população paulistana, Srs. e Sras. Vereadoras e Srs. Secretários, já desde, já peço minha reinscrição, haja vista que são três importantes secretarias. Em três minutos, não vai dar para fazer uma análise importante orçamentária. Aliás, a primeira análise mostra que há um orçamento elitista, na cidade de São Paulo, visto uma coisa inédita, que o orçamento de Pinheiros, uma região rica, é de 43 milhões de reais; o de Vila Mariana, região majoritariamente rica, é 46 milhões de empregos; e o de Itaquera é de 40 milhões de reais. Ou seja, é um completo absurdo que regiões mais aquionhadas tenham maior orçamento e regiões mais carentes, tenham orçamento das subprefeituras, Sr. Chefe de gabinete, menor. É uma coisa completamente de rasgar os critérios sociais distributivos, consagrados na Constituição e na Lei Orgânica do Município. Também no sentido de sua execução orçamentária, há número bastantes discrepantes, se analisarmos o orçamento de janeiro a outubro deste ano de 2019. A região da Sé executou 91% do seu orçamento e M'Boi Mirim executou 34%. Ou seja, por que uma região executa 91% e a outra 34%? Itaim Paulista executou 42%. Eu estive na audiência pública lá, no Parque Veredas. É uma região extremamente carente, junto com Vila Curuçá. Porque executam tão pouco o orçamento das subprefeituras?

Também pergunto por que o Sr. Secretário da pasta não apareceu para debater, na única oportunidade anual que existe, o seu orçamento, de sua pasta. Também pergunto por que o Sr. Secretário Vitor sumiu da mesa, no momento da oitiva das perguntas dos munícipes?

Também questiono ao Sr. Secretário de Prefeituras a razão da dotação de reformas de acessibilidade de passeios públicos não ter sido executada, em 20 milhões, neste ano de

2019, a 1169. É muito estranho, porque as calçadas realmente não estão numa situação melhor.

Também é muito estranho o projeto não executar manutenção e operação de praça e atendimento ao cidadão, e inventaram um programa eleitoreiro chamado Descomplica. É desrespeitoso para mim, que moro, na Saúde, ver uma placa dizendo que eu tenho que ir ao Descomplica de Campo Limpo. Realmente é um absurdo. Falo da subprefeitura local de descentralização. Não é um local de realmente mandarem pessoas para quilômetros de sua casa. Então, o Descomplica é um projeto, na minha visão, bastante eleitoreiro.

Quanto às obras de combate à enchente e alagamentos, não se executou nada, 5084, um milhão e meio de reais, zero de execução. Então, realmente a questão da subprefeitura está numa situação muito estranha.

Concluindo, introduzindo já a questão das operações urbanas, 32 milhões para o Operação Urbana Faria Lima é muito pouco. Não executam. É uma operação que vai completar 25 anos no ano que vem. Continua a favela Panorama e continua a favela Coliseu. Ou seja, não estão dando importância à Operação Urbana Brigadeiro Faria Lima.

Para introduzir, eu questiono por que o Córrego Zavuvus, onde morre gente em todo o verão, no bairro Pedreira, não tem a sua execução orçamentária detalhada. Não se priorizam regiões onde morrem munícipes paulistanos praticamente a todo verão.

Também solicito uma verba, uma dotação para passarelas, na cidade de São Paulo, porque a população é atropelada. Não há um recurso específico, e também acho um absurdo haver verba para Autódromo de Interlagos, sendo que ele será privatizado. Gostaria de uma explicação a esse respeito, porque vão privatizar ou não Autódromo José Carlos Pace, um patrimônio desta Cidade, que não pode ficar a sanha de neoliberais e vítima da privatária. Essa questão, essa ilegalidade de demitir servidores concursados é a cara do Bolsodoria, é a cara de péssimos governantes, como o Sr. Jair Bolsonaro e João Doria.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Está garantida a reinscrição,

Tem a palavra a Sra. Luciana Loureiro, funcionária da SP Urbanismo.

A SRA. LUCIANA LOUREIRO – Bom dia a todos. Eu não preparei essa fala. Eu vim aqui só para me unir com os meus colegas. Eu estou muito nervosa, porque eu sou uma das demitidas. Eu estou na antiga Emurb, atual São Paulo Urbanismo há 28 anos. Sou arquiteta urbanista com três pós-graduações na área ambiental; e a justificativa da minha demissão foi porque a empresa está passando por um processo econômico e financeiro difícil e teriam que fazer esse corte.

Quando a gente fala de processo econômico, financeiro da empresa, eu queria só lembrar que o nosso Secretário, Sr. Chucre, dos 13 projetos que S.Exa. apresentou - eu e o meu colega Waldir, engenheiro, que também é mestrado pela USP e na área ambiental - dos treze projetos, nós fizemos o diagnóstico ambiental de todos eles, e esse diagnóstico foi que possibilitou que fosse dado o mote do projeto, para o desenvolvimento de todos esses projetos. Sem essa análise ambiental, não seria possível serem desenvolvidos os projetos para a Cidade. Projetos desse porte, dos PIUs todos que foram mostrados, não seriam possíveis. Há a questão da contratação de estudos ambientais para esses projetos. Agora eu sei de um antigo que a gente orçou há uns anos, numa faixa de seis milhões, para um estudo ambiental para esse projeto. O diagnóstico ambiental é, mais ou menos, 40% desse valor.

Então, para mim foi muito difícil eu receber uma carta de demissão. Estou espantada, porque desses 77 técnicos, funcionários de carreira que desmontaram a empresa, dos 77 que sobraram, deve haver, mais ou menos, 20 a 25 arquitetos e engenheiros numa empresa de urbanização. Isso é um absurdo. Realmente é lamentável, muito lamentável. Não estão preocupados com a Cidade, estão preocupados em resolver seus problemas políticos, de ego e de todas essas maracutaias que fazem aí, para resolver as suas vidas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro Alves, Conselheira de Saúde e da ONG Nosso Sonho, em Itaquera

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Bom dia à Mesa. Bom dia a todos. Eu posso ter dificuldade para falar, mas a minha cabeça não. Eu estou decepcionada pela

explicação. Há lá lixão. Na região do CDHU, ninguém nos enxerga. Foi construída e abandonada. Há trinta anos eu atuo lá. Eu moro lá e eu nunca vi descaso tão monstruoso como nós estamos vendo agora. Não existe asfalto e 38% são idosos. Não temos equipamento algum. O que nós temos é muita luta. Temos uma área abandonada, com 27 anos. Falo da CDHU, que se tornou cracolândia e lixão; e as ruas lá não são asfaltadas. Há cratera. Enxergam lá quando é época de eleição. Aí todos os urubus vão lá para resgatar os idiotas da periferia.

Eu trabalhei na FEBEM por 19 anos. Eu sou da ONG Nosso Sonho. Muitos daqui me conhecem e sabem o que eu faço. Enganam, porque é lindo enganarem aqueles idiotas. A maioria são idosos. Há 17% de pessoas especiais. Há uma periferia que passa na minha mão, e hoje, em dia, há a terceira geração, as crianças. Nós estamos tentando resgatar esses infelizes, porque não temos área de lazer e não temos cultura. Temos só lixão e invasão. Quem conhece sabe o que eu estou falando. Não é mentira. Perguntem quem é Dona Socorro. É só perguntar. Quero que V.Exas. tenham um olhar. A subprefeitura não nos recebe, e me conhecem. Conheço o Sr. Mario Covas e muitos dos senhores. Sou conhecida por Dona Socorro. Represento a população idosa. Eu estou atuando no Fórum de Itaquera, e nosso sonho está lá. Só estou esperando V.Exas., porque eu sou idoso, mas não sou otária, trouxa.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Selma Barros dos Santos Dias, da SP Obras.

A SRA. SELMA BARROS DOS SANTOS DIAS – Bom dia a todos. Eu sou a diretora de representação dos empregados na SP Obras. A SP Obras veio da cisão da Emurb, que firmaram a SP Urbanismo e SP Obras. Quando dividiram as empresas, nós tínhamos 46 cargos de livre provimento. Foram 23 para um lado e 23 para o outro. Hoje nós já temos, na SP Urbanismo 41 e na SP Obras uns 35 ou 38. Eu chamo esse fenômeno de milagre dos cargos. Já viram isso? Há o milagre dos pães. Há o milagre dos cargos também.

Agora nessa mesma lei da cisão, há o artigo 5º. Não me lembro do número da lei. Ele fala que a SP Obras como a SP Urbanismo vão trabalhar com empregados regidos pela

CLT e também com servidores colocados as suas disposições, vindo de outros órgãos. Antes de chegar a essa parte radical, que é desligar empregados do mais alto gabarito, Há empregados formados pela USP, com mestrado. Avaliação e desempenho não houve. Já sabemos que o critério não foi desempenho, porque estão desligando empregados experientes nessa área de projetos e de obras. Inclusive alguns estão até trabalhando e fazendo projetos para São Paulo Obras. Então, não só se desfalcou a SP Urbanismo como já prejudicaram a sócia, SP Obras.

Antes de chegar a essa radicalidade, conversem: “Olha, eu tenho um excedente, SP Obras”. Nesses dias, na diretoria, aprovamos sete vagas de cedidos. Nós aprovamos isso. Por que não saíram esses editais? Por que não saiu o chamamento? Se tivesse sido chamado o chamamento, certamente sete já estariam talvez salvos. Quer dizer, essa morosidade de comunicação entre as empresa é que causa esse tipo... O que nós estamos pedindo, para finalizar? Com a mesma responsabilidade e a mesma eficiência com que tratam os recursos orçamentários e os recursos materiais, tratem também dos recursos humanos. Só isso, é uma coisa simples. Porque sem os três pilares, nenhuma empresa se sustenta, nem tanto em pública, nem tanto privada, porque são três pilares que precisam ser geridos, com eficiência.

É só isso que a gente pede: Que façam a gestão desses três recursos, porque sem pessoas não chegam a esses números que apresentaram aí, nem 10%. É isso o que a gente está pedindo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Alex Omar Cabral, da Feira da Madrugada.

O SR. ALEX OMAR CABRAL – Boa tarde a todos. Boa tarde à Mesa e a todos os presentes. Sou micro empresário e Presidente do CDC Délio de Carvalho. Eu venho aqui, com muita tristeza, porque eu moro na zona Leste e a gente está sendo excluído pela Câmara Municipal e por uma secretaria, que hoje estão aqui presentes. Exemplo: Em vez quererem tirar o Minhocão, teriam de construí-lo para fazer uma linha expressa, para se chegar à zona Leste.

Não sabem o que é morar no fundão da zona Leste, como nós moramos e levar duas horas para vir para o trabalho e duas horas para chegar à zona Leste. Então, isso é uma injustiça que a Prefeitura da cidade de São Paulo e a Câmara Municipal querem fazer com o morador da zona Leste. Eu sou totalmente contra demolir o Minhocão.

Pelo contrário, Sr. Secretário, têm que construir o restante desse Minhocão, para fazer uma linha expressa. Não sabem, porque não moram lá.

Segundo, sabem por que não têm verba para Subprefeituras da periferia? Porque aqui, nesta Casa, como na secretaria, quando não é na Prefeitura, a gente procura pessoas e diz: “Sou da feira da madrugada”. Expulsaram quatro mil trabalhadores e destruíram 60 mil empregos, para dar para um grupo de empresário brasileiro e chinês, que não pagam IPTU, que não pagam os impostos e não registram os funcionários. Estão com vários processos trabalhistas, e aqui eu venho lutando, nesta Casa, para abrir uma CPI, e não abrem. Lutam para receber e não recebem.

Desejo melhoras para o Sr. Bruno Covas, porque, em dois eventos, S.Exa. se comprometeu de nos receber, mas fomos bloqueados pelos seus secretários, que não deixam a gente chegar até S.Exa., para resolver o problema, porque são cúmplices da corrupção. Infelizmente é o que acontece na Câmara Municipal de São Paulo e é o que acontece com a Prefeitura de São Paulo, com o Sr. Secretário, porque sabemos que o Sr. Prefeito Bruno Covas, independente de partido - não sou do PSDB não - S.Exa. combate a pirataria e combate a corrupção, mas os seus Secretários não deixam a gente chegar até S.Exa.

Então, peço a V.Exas. que revejam essa posição dos trabalhadores da feira da madrugada, que estão ficando desempregados. Estão com uma ação judicial bloqueando os bens. Mandaram para o consórcio. Nem a Câmara Municipal e nem a secretaria tomam as providências. Então, é uma injustiça o que estão fazendo. Vou trazer, nesta semana ou na semana que vem, mais de mil moradores de rua, para a gente vir aqui pedir que 3% do orçamento que tanto eu como mais três mil moradores...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Para concluir, Sr. Alex.

O SR. ALEX OMAR CABRAL – Para concluir, vou trazer para que 3% do orçamento seja aprovado para eles, pelo menos duas refeições por dia, uma oferta de trabalho, possam limpar a rua, ganhar 300 ou 500 reais, e duas horas de curso qualificando, para que eles possam ter uma vida digna, aqueles que quiserem se recuperar.

Mas para isso precisamos do apoio dos Srs. Vereadores, do Sr. Secretário, porque nós trabalhadores da Feira da Madrugada vamos ser mais uns incluídos nesses moradores de rua. Eu tinha 40 funcionários, já paguei 20. Tenho mais 20 que tem até dia 20 de dezembro, que já falei com eles, apurando a minha mercadoria para pagar o direito deles para poder fechar a empresa.

Aí pergunto, Sr. Secretário, isso é justo na cidade de São Paulo? Vocês destruírem mais de 40, 60 mil empregos para dar uma oportunidade para grupo de chineses, grupo de brasileiros que não pagam imposto nesta Cidade, que traz contrabando e vocês apoiam uma coisa dessas?

Encarecidamente eu peço aos nobres Vereadores, ao Sr. Secretário, que olhem com atenção e não deixem destruir o Minhocão, porque já levamos duas horas para chegar na zona Leste. Vamos levar quatro horas. Construam mais o restante do Minhocão para fazer uma via expressa para que possamos morar na periferia e ter o direito de trabalhar no Centro da Cidade.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Alex. Retornando para as perguntas dos Vereadores, tem a palavra a Vereadora Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Presidente, algumas perguntas para Obras. Na apresentação feita aqui pelo Secretário foi apresentada uma lista de corredores que serão requalificados e de obras de drenagem urbana em diversos córregos.

Queria saber de que forma podemos ter mais informações sem que precise necessariamente fazer um requerimento, mas uma relação do que são essas obras de drenagem, porque podem ser de muitos tipos diferentes.

Aliás, temos aqui na Câmara um Comitê Extraordinário de Chuvas e Enchentes e não é fácil recolher informações. São muitos tipos de intervenção diferente, então se existe disponível já um lugar que concentre as informações sobre todas essas obras nos córregos especialmente. E também todas as obras de requalificação dos corredores, porque também podem ser muitas intervenções diferentes.

E caso não haja um lugar que reúna essas informações de uma forma acessível quero transformar a pergunta em uma solicitação.

Em relação à requalificação do Anhangabaú, durante a Gestão Haddad foi feito todo um processo de *workshop*, de reuniões para a construção de uma proposta para requalificação do Anhangabaú. Queria saber se esse projeto que está sendo executado agora é esse que foi construído e no que é igual e no que é diferente.

O Secretário também ofereceu para nos apresentar o que está sendo planejado em termos de intervenções, de drenagem, para cada bacia. Também uma pergunta e se a resposta for não um pedido para que essas informações tenham uma página, algum lugar específico que possamos acessar por bacia.

Em relação à Secretaria de Subprefeituras, essa dotação, essa previsão dos 78 milhões com fiscalização de comércio ilegal, se isso diz respeito ao comércio ambulante ou comércio ilegal de um modo geral. E que despesa é essa exatamente.

Em relação a SPUrbanismo, pelo que foi dito aqui, uma observação muito pontual e concreta, que é a seguinte: a SP Obras teria uma necessidade de recursos humanos enquanto a SPUrbanismo está desligando alguns profissionais. Não é possível fazer essa migração, essa transferência de profissionais de uma empresa para outra?

Essas são as minhas primeiras perguntas. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereadora Soninha. Cometi uma falha, o Fabio tinha se reinscrito, então antes do Vereador Paulo Frange, vou pedir escusas e abrir mais três minutos para o questionamento do Fabio.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador Guedes. São perguntas agora

muito rápidas. Secretaria de Obras, qual a razão da verba dos terminais de ônibus ter liquidado nenhum centavo nos 10 primeiros meses, de 37 milhões, sendo que o Terminal Itaquera é uma promessa desde a Copa do Mundo de 2014.

A população de Itaquera está sendo bem prejudicada por esse Terminal não ter sido entregue, bem como os corredores de ônibus. Os dois projetos de corredores para a zona Leste parece que estão sendo deixados de lado, sendo que a execução foi apenas de 4 milhões e 600 mil reais para os corredores de ônibus gerais.

Sobre Interlagos já falei. Drenagem é uma dotação que foi executada apenas 10%, 30 milhões diante de 310 milhões. E a drenagem deveria ser discriminada por projeto. Qual a verba do Paciência, do Perus, do Zavuvus? Acho que a dotação é errada, não deveria existir dessa maneira, porque fere a Lei Orgânica. Você não sabe qual a verba para Aricanduva, para Anhanguera e fora os de Itaquera que nem foram apresentados aqui, porque o de Aricanduva é a divisa.

Ainda de Obras, qual a razão de que o sistema viário só foi executado 14%, não chegou até outubro nem a 1 milhão de reais, sendo que há vários projetos apresentados. É tudo para o ano eleitoral, ano que vem, muito estranho.

Intervenção de área de mobilidade urbana também está zero na questão de Obras. De 61 milhões de reais, aliás, nesses três anos Siurb não está executando o orçamento. Uma das secretarias que menos executou até o momento.

Agora, no sentido do zoneamento urbano, reforma e requalificação de áreas públicas. É a dotação 3350, nenhum real empenhado. Operação Urbana Água Branca, 70 milhões de reais para 2019, habitação. Nenhum centavo executado. Há tempos não se prioriza o orçamento da Operação Urbana Água Branca, haja vista o ex-Prefeito Kassab cassou unidades habitacionais da Lapa, a Aldeinha, ficou por isso mesmo, o povo está até hoje sem moradia lá.

Água Espriada é um caso semelhante. A execução de moradia está pequena, 25%. São obras importantes da região do Jabaquara até hoje não entregues. Urbanização de

favelas também está bem baixo. Infelizmente vão fazer obras faraônicas e deixar o povo sem casa de novo. É bem o neoliberalismo atacando.

Operação Urbana Centro executou apenas 1 milhão de reais. É necessário até porque o prédio caiu no passado, não esquecemos isso. O senhor era Secretário de Habitação, espero que não caiam mais prédios, como no Largo do Paissandu, matando pessoas. E a verba da moradia também está pequena.

Faria Lima já falei. É a mais antiga e também não está sendo executada. E o mesmo caso da sua Secretaria, intervenção do sistema viário, nenhum real executado, de 572 mil reais, 5100.

Em suma é isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Fabio Siqueira.
Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar, Chucre, pela portaria de hoje, já que amanhã vamos ter leilão de Cepac da Operação Urbana Faria Lima. E hoje está publicado no *Diário Oficial* para os incautos o seguinte texto: antes de adquirir um Cepac consulte o estoque disponível por cada setor.

Amanhã haverá a venda autorizada, inclusive, por CVM, tudo correto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO FRANGE – Não é dia 07? Foi para o dia 13. É que tinha uma data marcada para dia 07.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO FRANGE – Ah, que bom. E aqui fica uma advertência, porque há nesse mecanismo de compra de Cepac, na Faria Lima, uma intermediação nociva ao mercado e que muitos compram o Cepac para depois vender pelos preços mais elevados do futuro. A ganância muitas vezes acaba fazendo com que as pessoas tropecem no próprio egoísmo.

Essa advertência é muito importante, Chucre, e quero aqui cumprimentar, porque na verdade está chamando a atenção para que cada um que for comprar Cepac observe

exatamente qual é o estoque, setor, subsetor e tudo, porque senão tem o risco de não ter estoque onde a pessoa está comprando. Então é muito importante, Chucre, essa atitude de dar visibilidade a essa informação, para que as pessoas não cometam risco.

Outra situação, vamos passar por um processo de revisão e readequação da gestão do Município com a extinção de uma série de órgãos que hoje pesam muito na máquina. Por exemplo, Amlurb, Serviço Funerário, Limpurb, Ilume, tudo isso vai virar uma única empresa com o nome de São Paulo Regula e com uma agência reguladora para tratar de tudo isso. Vai enxugando e muitos desses profissionais que hoje vão estar numa máquina mais enxuta serão transferidos para outras áreas do Município onde temos carência de funcionário público. Nós temos sim carência em alguns espaços, a simples sub-rogação dos contratos para que vá para outra atividade.

Não chegou a ser apresentado nada com relação a SPUrbanismo, SP Obras, nada. Ontem houve uma apresentação bastante interessante desse assunto, isso é importante, é o caso, por exemplo, de São Paulo Negócios, vai passar a São Paulo Investe, uma única empresa nessa mesma atuação. E com certeza remanejamento de funcionários.

Acredito que o corpo técnico que temos na São Paulo Urbanismo é da melhor qualidade. Não podemos prescindir dessa qualidade, não é um desejo com certeza de o Secretário sozinho tomar esse tipo de atitude, mas precisamos trabalhar juntos para que possamos realocar dentro da nossa máquina um perfil técnico que não é fácil de encontrar no mercado.

Até porque a curva de aprendizado quando se traz alguém de fora, mesmo que seja da iniciativa privada, mesmo que seja competente, até entrar nesse mecanismo de velocidade que temos nos projetos e vimos nos últimos dois, três anos, a velocidade dos projetos aumentou muito.

Aumentaram muitos projetos, mudaram conceitos, nós estamos tratando a cidade de São Paulo hoje muito mais pontualmente. Os PIUs são realidades novas para a nossa realidade do ordenamento urbano. Avançaram muito, os conceitos parece que sedimentaram

mesmo, as pessoas que estão sendo atendidas, é o caso do PIU Leopoldina, com certeza, vai ter seus resultados muito mais rapidamente do que uma operação urbana. Vão ver o resultado acontecer, materializar. E, por outro lado, a operação urbana que muitas vezes é presa a laços muito apertados da legislação, acaba tendo dificuldade em produzir resultados.

Foi falado aqui sobre a Operação Urbana Faria Lima, 25 anos. Ela é realmente um extraordinário avanço na região, mas ainda lento demais em cumprir todas as regras que foram colocadas na lei ao longo do tempo. Água Branca, com mais de 20 anos, nós passamos por um período negro onde nada foi produzido e agora teríamos a oportunidade, está dependendo da Câmara. A falha hoje é da Câmara, já poderíamos ter votado, e a Operação Urbana Água Branca votada hoje com certeza faria um arranque enorme nesse processo.

Aqui, Chucre, um comentário rápido, esse aumento tão grande da arrecadação nossa da outorga onerosa é realmente um aquecimento do mercado, é o mercado acreditando mais na cidade de São Paulo, mas tem um elemento extremamente importante que não podemos deixar de lembrar. É que a Lei de Zoneamento anterior tinha coeficiente de aproveitamento um, um e meio, dois, dois e meio. E agora todos pagando um, quando o pessoal vai aprovar os seus projetos, vai pagar de um para quatro, de um para dois, enfim, passou a pagar muito mais metros quadrados para poder edificar. Isso também movimenta muito mais.

Então o que vemos do mercado de agora para frente é que o orçamento da cidade de São Paulo vai ter realmente recursos de Fundurb permanentemente elevados. Não só porque a Cidade está mais ordenada do ponto de vista de ocupação, principalmente por tudo aquilo que está sendo feito, pelos PIUs e etc., mas porque estamos partindo do coeficiente um como é no primeiro mundo. Nós tínhamos um coeficiente que era prejudicial à cidade de São Paulo.

As grandes cidades do Interior de São Paulo e as pequenas cidades ainda têm. Na minha terra, Uberaba, lá no Interior de Minas, uma Cidade próspera, tem coeficiente de aproveitamento três em alguns lugares. A pessoa não tem de comprar nada, ele constrói até

três vezes no terreno e não compra nada. Aí não tem dinheiro para investir na Cidade. Então esse é um avanço bastante importante.

Minha dúvida aqui é com a área da Subprefeitura, exatamente o que mais bate na Câmara é o orçamento das subprefeituras individualmente. Dois problemas. Um, o valor para cada Subprefeitura ainda é muito pequeno perto daquilo que sonhamos em descentralização das subprefeituras. Pequeno demais para a finalidade pela qual foram criadas: descentralização da gestão. E acabamos deixando recurso de menos para elas.

E o outro grande problema importante que se leve em consideração, foi dito aqui também e quero reiterar, é que não executa. O dinheiro fica lá e não executa por quê? Porque não tem funcionário. Vou dar o exemplo de uma Subprefeitura que trabalha bem, está executando bastante, que estou bem próximo, não aprova projeto. O CPDU é desse tamanho, é absolutamente pequeno, não tem funcionário e precisaríamos trazer mais gente para poder aprovar projeto para aquela região. E a execução depende muito de um bom CAD, de um engenheiro que esteja presente e são raras as subprefeituras que têm essa estrutura hoje funcionando.

Então cabe agora à Coordenadoria das Subprefeituras, quem sabe nesse programa de revisão da Administração Indireta, quem sabe também trazer oportunidade para que possamos ter um corpo funcional técnico aperfeiçoando e fazer mês a mês a apresentação, para que os subprefeitos apresentem quanto está sendo executado em cada uma das subprefeituras.

Não tenho questionamentos maiores, são esses comentários e acredito que esta audiência pública traz avanço, traz uma reflexão maior para que possamos elaborar um orçamento melhor para o ano que vem, um pouco mais ajustado a nossa realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Paulo Frange. Informo que deveríamos entregar o plenário às 13h e faltam 16 minutos para começar a reunião ordinária da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, entretanto,

o Vereador Dalton Silvano, que é o Presidente, propôs abrir a reunião rapidamente, suspende e libera o espaço para que possamos utilizar. Então peço a todos para ficarem atentos ao tempo para que possamos concluir nosso trabalho dentro do prazo sem prejudicar tanto a próxima Comissão.

Próximo inscrito, Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Muito Obrigado, Vereador Alessandro Guedes, Vereadora Soninha Francine, Vereador Paulo Frange e Srs. Secretários, vou primeiro pedir ao Sr. Fernando Chucre, de Desenvolvimento Urbano, que possa responder. Ontem a Rede Nossa São Paulo divulgou um trabalho de excepcional qualidade sobre a desigualdade na cidade de São Paulo e mostrou indicadores muito fortes de como é desigual ainda a qualidade de vida para a população que vive nos melhores bairros em relação àquela mais carente.

Dentre os principais indicadores, por exemplo, a idade média ao morrer. Enquanto em Moema a idade média ao morrer é 80,57; no Jardim Paulista 79,85; na Consolação também 79,43; na Cidade Tiradentes 57,31; 57,51 em Marsilac; 58 em Grajaú; em Itaquera a Sra. Socorro está vivendo bem mais do que a idade média ali, que é de 64 anos. Ontem ela nos revelou que está com 78, está empatada comigo, mas veja só, eu que moro numa região, eu estou na idade da idade média de morrer da minha região, a senhora já ultrapassou bastante.

O que eu gostaria de perguntar – são tantos os indicadores – por exemplo, a gravidez na adolescência de bairro pobre é 53 vezes maior que a de bairro rico e são dezenas de indicadores que mostraram uma extraordinária desigualdade. Então, é uma pergunta à Secretaria de Subprefeituras: em que medida essas diferenças estão sendo levadas em consideração e em que medida a Prefeitura Municipal está realizando esforços para justamente fazer com que caminhemos na direção de maior igualdade?

Eu agradeço muito e como Secretário de Desenvolvimento Urbano e responsável pela empresa sobre a qual a Sra. Luciana Loureiro fez aqui um depoimento muito significativo, eu gostaria que pudesse ser respondido por que na medida em que ela falou que empregados

concurados acabaram sendo afastados e outras pessoas foram contratadas, será que não houve algum...se por ventura puder haver a possibilidade de uma revisão dessa decisão tomada, mas pelo menos acho que é importante que possa ser explicada a eles aqui a respeito de que razões levaram, porque se é fato, conforme ela mencionou, a Sra. Luciana, que essas pessoas colaboraram significativamente para a qualidade dos serviços prestados pelo organismo que razões levaram? Não houve qualquer ato, segundo ela falou, digamos, de não adequação, malfeito, que tenha prejudicado a empresa, então, por uma atenção a todos que aqui estão eu agradeço muito se puder nos informar se há possibilidade de uma revisão da decisão tomada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Suplicy, quero fazer algumas perguntas rapidamente para poder não prejudicar o horário. A nossa preocupação, ao andar pela Cidade, é com as obras paradas que a gente identifica. Sr. Mario, aqui representando a Presidente da SP Obras e representando o Sr. Secretário Vitor Aly, além das obras paradas que nós temos na Cidade, que são diversas, nós temos também problemas de atraso em algumas obras e problemas que a cidade precisa enfrentar como, por exemplo, questão de alagamento. Lá na zona Leste é histórico há décadas o problema que existe por falta de investimentos no combate às enchentes que ocorrem na região da Vila Itaim, Vila Seabra. Existe, sim, a responsabilidade da DAEE, mas com algumas ações da Prefeitura ia diminuir muito o sofrimento daquela população.

Gostaria de saber qual é a perspectiva para enfrentar esse tipo de situação na cidade? Em relação aos piscinões, que foram prometidos pela gestão Doria assim que assumiu, inclusive em parceria com a iniciativa privada, lembrou que se falou em 19 piscinões, depois se falou em mais, depois diminuiu, eu gostaria de saber qual a previsão nesse sentido?

Em relação ao Secretário Chucre, queria que falasse um pouco mais do PIU. Dos projetos que vieram e que não vieram ainda para a Câmara Municipal, inclusive, o do Parque do Jockey, pois lá é uma área que tem uma dívida alta com a Prefeitura do ponto de vista do

IPTU, que ainda é muito nebuloso o projeto final e, de fato, onde beneficiaria a população em relação a isso?

Em relação às Subprefeituras, eu gostaria de perguntar para o Chefe de Gabinete. Iniciamos essa gestão com um problema muito sério, extremamente sério de falta de equipes nas prefeituras regionais e em alguns lugares os serviços por mais que tenham começado a avançar em alguns locais, ainda está muito represado. O serviço de tapa buraco na Cidade está ruim ainda. Itaquera, que é líder nas reclamações, é buraco para tudo quanto é lado ainda e o tempo de resposta é muito grande, demora demais ao ponto de virar uma cratera. Lá os números de buracos diminuem porque vai ligando um buraco no outro, aí o que eram dois, vira um, porque virou uma cratera.

Nesse sentido, é legal essa perspectiva de investimentos num asfalto novo, no mapeamento novo que está sendo feito junto com o TCM, conforme foi manifestado aqui, mas qual é de fato, quando de fato poderemos comemorar que os buracos da Cidade desaparecerão? E o tempo de resposta será menor, levando em consideração algo que tem previsto em sua pasta? E também se em alguma Subprefeitura ainda falta equipe, porque no começo da gestão faltava? Ainda está faltando? Porque os córregos continuam sujos, os matos continuam altos, as praças com equipe de jardinagem não conseguem combater o tamanho da demanda e o tempo que foi represado. Então, seria importante falar um pouco aqui para todos nós.

O SR. FERNANDO CHUCRE – Vou começar pelo assunto que foi mais colocado que foi a questão da São Paulo Urbanismo. Respondendo ao Paulo Frange, porque acho que a gente consegue ter uma visão mais geral do que está acontecendo. A Prefeitura propôs há alguns meses, chegou aqui na Câmara Municipal recentemente o projeto, uma reestruturação das empresas de maneira geral da Prefeitura de São Paulo. Uma análise nova, uma visão diferente de como poderiam ser reestruturadas essas empresas. Na época eu fui consultado, tinha acabado de assumir a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, eu estava na Habitação, sobre essa questão da SPUrbanismo, SP Obras, especialmente, e aí vou dizer, sem ter um

estudo na mão, não temos um estudo claro, técnico, que defini claramente o que tem de sobreposição, de oportunidades, com relação a essas duas empresas. Eu acho que tem de ser feito esse estudo para poder se propor qualquer coisa junto a elas.

A minha tese, se for pensar só uma tese pessoal, é que as SP Obras e SPUrbanismo deveriam estar como sempre estiveram: na Emurb, que eram unificadas, por uma questão que você acaba duplicando estruturas administrativas, burocráticas, vamos chamar assim, em detrimento das estruturas técnicas, como foi dito aqui por vários funcionários, que são engenheiros, arquitetos, economistas, tem um grupo de profissionais bastante qualificados na SPUrbanismo. Tanto é que tem produzido muita coisa, é o braço operacional da SMDU. A gente basicamente contrata todos os serviços, todos os PIUs, revisões de operações urbanas, inclusive projetos estratégicos, a SMDU contrata a SPUrbanismo para executá-los.

Vou falar da minha experiência, que é mais recente do que a dos funcionários, tem funcionários com muitos anos de casa. Temos uma deseconomia muito grande nessa transição de projetos da SPUrbanismo para a SP Obras porque necessariamente não se concorda com os conceitos técnicos. Se pensar em longo prazo, a minha tese é que gente deveria fazer um estudo em 2020 para tentar ver da oportunidade ou não de reunificar as duas empresas. Por isso que ela não fez parte dessa reestruturação que teve agora até porque, sob o ponto de vista de inteligência, e de execução de obras, se juntar as duas empresas, fazer uma gestão, uma alteração dessas, no meio de um mandato, seria bastante comprometedor sob o ponto de vista de possibilidade e perspectiva de atingimento de metas. Foi essa a observação que eu fiz com a Secretaria de Governo e que, de certa maneira, prevaleceu.

Apesar disso, e aí vindo para a questão específica da SPUrbanismo, nos primeiros meses eu perdi um tempo importante de trabalho indo na Fazenda discutir, porque a empresa não tinha recurso e aí recorria à SMDU no sentido de negociar com a Fazenda recursos adicionais para a folha de pagamento. Tomamos algumas medidas, fizemos um PDV, que houve a adesão, se não me falha a memória, não lembro se de 11 ou 13 funcionários e na

sequência, uma análise feita lá pela presidência e áreas administrativas, no sentido do que a gente tinha de funcionários que pudéssemos ainda continuar com o processo de revisão da estrutura para adequar o faturamento da empresa à folha de pagamento.

O que é que foi feito no último ano basicamente, e a gente teve oportunidade de conversar no Conselho várias vezes com representantes dos funcionários, dispomos de patrimônio público, estou falando de terrenos, basicamente foram vendidos terrenos para se cumprir, para se cobrir o custeio da empresa, folha de pagamento. O que não é razoável imagino, em minha opinião, sob o ponto de vista de uma empresa.

O problema da empresa não é um problema da empresa. A empresa sobrevive basicamente da administração dos recursos das operações urbanas e dos leilões. Quando a gente faz um leilão, por exemplo, vai ser feito um leilão agora e a SPUrbanismo recebe uma parte desses recursos, como uma comissão, vamos chamar assim, pelos trabalhos executados, pela administração daquela operação.

Então, o que aconteceu, de fato, nos últimos anos foi uma menor execução orçamentária por vários motivos, acho que não é o caso de discutirmos aqui, nas operações urbanas de maneira geral e outras operações que geram receitas para a SPUrbanismo, então, houve uma queda significativa do faturamento. Ao longo dos anos você identifica isso se você separar o que foi venda de terreno ou receitas eventuais das receitas da empresa de maneira contínua e sustentável. Então, a solução para essa questão está numa possível reestruturação que acho que deve ser discutida em 2020 em minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Você pode mandar esses balanços para nós?

O SR. FERNANDO CHUCRE – Posso. Nós temos todas as informações. O Presidente não está aqui, mas ele tem todas as informações que foram amplamente discutidas com a Fazenda, especialmente, isso. Para dar uma resposta, sem responder diretamente, eu conversei com representantes de alguns funcionários que foram demitidos e me coloquei à disposição para recebê-los, Vereador Suplicy, para tentar ver a situação, o que pode ser

eventualmente reanalisado e vamos fazer essa discussão com mais detalhes com eles para não deixa-los sem respostas.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Depois agradeço se puder receber junto com esse relatório e dialogarmos a respeito de como está evoluindo essa possibilidade de reconsideração.

O SR. FERNANDO CHUCRE – Eu solicito ao presidente da empresa que encaminhe a documentação para vocês, mas eu só quis dar uma geral para justificar porque é óbvio que eu falei uma informação muito representativa para a gente. Se pegar o Orçamento da SPUrbanismo é muito pequeno, estamos falando de 40 milhões, é muito pequeno o orçamento sob o ponto de vista de orçamento da Prefeitura. Mas ela gera produtos que tem capacidade de arrecadar, dei um número aqui dos PIUs de maneira geral, até 11 bilhões para o Município. Grande parte desses recursos são feitos, sob o ponto de vista de desenvolvimento urbano, Fundurb e sob o ponto de vista também geral das operações urbanas de gestão de recursos das operações urbanas são oriundos do trabalho feito por SPUrbanismo e SMDU.

Então, não perder capacidade de operação é muito importante para nós e vamos ter a oportunidade de discutir isso, no ano que vem, com mais detalhes, para além dos problemas que foram de fato, pelas decisões que foram tomadas na administração esse ano.

Com relação ao Minhocão, várias pessoas falaram aqui, o que vai ser feito até 2020. É importante dizer por que sei que, na própria Câmara Municipal, esse é um assunto bastante polêmico e existem posições muito diversas com relação àquilo. Até 2020 estamos tomando as medidas que são necessárias ao funcionamento do parque como ele está hoje. Vamos lembrar: não estamos criando um parque, ele funciona aos finais de semana e nos períodos noturnos, todos os dias, o ano inteiro.

Estamos tomando medidas que o Ministério Público obrigou, numa discussão com eles, obrigou, vírgula, numa discussão com o Ministério Público, que é a criação do gradil e dos acessos para aquela estrutura, para o cidadão que se utiliza daquele parque do jeito que ele está hoje sem uma árvore, sem um banco, sem absolutamente nada, ter o mínimo de

segurança: acessibilidade e gradil. Está sendo feita a licitação por Siurb. Todas as medidas de requalificação do território do entorno...tem uma série de medidas, sob o ponto de vista habitacional, de acessibilidade, de calçadas e outros equipamentos. Também assistência social, que foi dito aqui, a questão da população de rua também. É isso que vai ser feito esse ano.

Nós temos a pretensão de nos primeiros 900 metros do parque fazer o que chamamos de urbanismo tático, que é montar e desmontar, estou falando de bancos, de pequenas estruturas no final de semana para a população poder usar aquilo, que seria desmontado no final de semana. Ou seja, nessa administração não será interrompido o tráfego de automóveis no minhocão até porque, vamos lembrar, está sendo feito um PIU, que é justamente um momento que você discute a pertinência ou não, quais as características daquele projeto que deverá ser implantado, seja o parque, seja a demolição, seja o que for. Então, é no PIU que será discutida, de maneira definitiva, o que vai ser feito no minhocão.

Com relação também a algumas operações urbanas, que foi dito aqui também sobre problemas de execução que temos lá, vou falar de duas que são as mais complexas e que tem maior problema. A operação Faria Lima executou alguns bilhões de reais e ela está no final e o recurso que está disponível no caixa está destinado para obras que estão sendo ajustados os projetos por Siurb e SP Obras, especialmente, para que possam ser executadas.

No caso da Água Branca, é um problema muito específico, Água branca é uma questão, é um caso que deveria ser escrito um livro sobre ela. Temos 700 milhões de reais na Operação Urbana pelo menos dez anos, que por uma questão judicial, não conseguem ser aplicados. A Prefeitura de novo pela quinta vez, eu na habitação tentei várias vezes, agora, por SMDU também e fez uma proposta de investimentos ao Ministério Público que não foi aprovada. Então, os recursos da Operação Urbana é simples assim a questão. Está judicializada e depende de aprovação judicial para executar. Com relação à Água Espraiada também é um problema judicial. Vamos lembrar que os grandes contratos todos estão sendo cancelados por problemas e estão sendo relicitadas as obras lá e tivemos o cuidado de

preservar todas as obras habitacionais que estão em andamento de maneira a não prejudicar as famílias de baixa renda que seriam beneficiadas por aquelas obras.

Então, tivemos esse cuidado de mesmo durante a rescisão o processo manter as obras de habitação de interesse social em execução.

A Soninha fez uma pergunta a respeito do Anhangabaú. É exatamente aquele projeto que houve e que foi submetido à população naquela discussão pública através de oficinas que foi feita durante o ano, em 2015 e 2016. É obvio que não tem o menor sentido para a cidade você descartar projetos que foram feitos em administrações anteriores, não tem a menor lógica isso. É uma prática que costuma acontecer e lá não tem o menor problema, projeto pronto, discutido com a população e que cumpriu as etapas necessárias sob o ponto de vista da participação social estamos botando todos de pé. O Anhangabaú se viabilizou a obra, porque tirar a obra do Anhangabaú da cartola, não. Foi discutido, foi feito projeto em 2015/2016 e o que viabilizou a implantação da obra foi justamente aquele gráfico que eu mostrei, que foi a arrecadação excepcional do Fundurb, que deu possibilidade de a Prefeitura colocar novos projetos que não estavam no Plano de Metas, que não tinham sido discutidos ao longo de 2017/2018 para a execução. É a caso da ponte Pirituba/Lapa, é o caso do Anhangabaú, é o caso das chamadas calçadas especiais do centro e também é o caso do aumento significativo - como eu mostrei no quadro -, porque 46% dos recursos estão sendo empregados em habitação de interesse social.

É importante dizer também, não tem só investimento no Centro. Algumas pessoas dizem: vocês estão só investindo no Centro, não! Nós estamos investindo no Centro também. O Fundurb está dando a possibilidade de fazer obras que estavam na prateleira, para as quais não tinha recurso orçamentário. É isso que aconteceu na realidade, agora, com relação ao Fundurb.

A Soninha falou uma coisa interessante que tem a ver com SMDU, que é a questão da disponibilidade de informações. Onde estão as obras, onde estão as ações da Prefeitura, o que está acontecendo no Município de maneira geral? O GeoSampa talvez seja a

ferramenta mais adequada porque temos feito parcerias. Estão vendo acho que também aqui na Câmara, cada mês estamos lançando uma nova camada de informações.

Então calçadas: todo pec está inserido no GeoSampa, qualquer cidadão entra lá e descobre se tem calçada prioritária no bairro dele, na rua dele, perto da casa dele, perto do terminal de ônibus que ele usa. Então é esse tipo de informação. Por isso é que tem recurso, investimento que nós colocamos em SMDU, é para dar condição ao GeoSampa, cada vez mais, para abrigar essas informações de maneira que você possa sobrepor e georreferenciar. Não é só o que está sendo gasto em calçada, é onde está sendo gasto em calçadas, se é em Itaquera, se é no Centro ou em qualquer outro lugar. É uma maneira de você, de qualquer cidadão - e a Câmara dos Vereadores tem essa função - fiscalizar de maneira mais clara e objetiva a execução dos recursos públicos, para onde estão sendo destinados.

Vou ver aqui, há várias e várias perguntas.

A SRA. SONINHA FRANCINE – O senhor falou sobre aumento excepcional e extraordinário na arrecadação do Fundurb; e o Vereador Paulo Frange tinha dito: a que se atribui esse aumento?

O SR. FERNANDO CHUCRE - O Paulo fez essa pergunta; e são fatores distintos. O Paulo falou dos dois principais. Primeiro, vamos lembrar que final de 16, 17 e 18 tivemos uma grande crise, sob o ponto de vista do mercado imobiliário especificamente. Teve uma grande crise, então naturalmente se reduz bastante...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Sr. Secretário, vamos só suspender por alguns minutos para instalação da Comissão de Política Urbana. Nesse tempo, o senhor se reorganiza com as suas anotações. Em seguida, retomamos a audiência.

Está suspensa a audiência, por alguns minutos, para a realização da reunião ordinária da Comissão de Política Urbana.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Alessandro Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, professor e Vereador

Dalton Silvano, por liberar tão rapidamente este espaço para que possamos voltar para a nossa audiência pública, para às respostas da Mesa.

Peço recomponham a Mesa: os Vereadores, os Secretários, Chefes de Gabinete, o Presidente de SP Obras, Mario Mondolfo; Radyr Papini, Sr. Vicente Afonso de Oliveira; e o Sr. Fernando Chucre.

Agradeço novamente à Comissão de Política Urbana, todos os Vereadores na pessoa do Presidente Dalton, e passo palavra ao Secretário Fernando Chucre.

O SR. FERNANDO CHUCRE – Então, respondendo o que Soninha me questionou e o Frange também, é um conjunto de fatores que gerou o aumento na arrecadação.

Primeiro, vamos lembrar que tem o artigo 174, que era um artigo transitório. Ficamos preocupados, imaginamos que o crescimento fosse até o mês de abril devido uma demanda artificial, o que se demonstrou equivocado porque continuamos com faturamento bastante alto. Então foi crise econômica, o próprio efeito do Plano Diretor que passou a ter um coeficiente pré-aprovado mais baixo, então você tem a necessidade de comprar mais outorga para produzir empreendimentos na cidade de São Paulo. Foi basicamente isso que gerou e temos expectativa de que, pelo menos para 2020, esse nível de faturamento dos recursos do Fundo seja mantido.

Respondendo as últimas perguntas que identifiquei, com relação ao Presidente Guedes, que falou da questão do PIU do Jockey. Vamos lembrar: há dois tipos de PIU que estão separados em dois grandes blocos. O primeiro é o nível de planejamento urbano, que é aquela macroárea que vocês discutiram bastante na época do Plano Diretor. É a tal macroárea de estruturação que demanda projetos de planejamento específico para determinados territórios. Estou falando do PIU Arco Pinheiros, do PIU Arco Tietê, do PIU Centro. São estratégias específicas para o desenvolvimento socioeconômico daqueles territórios.

Há outro tipo de PIU em que se enquadra o Jockey, o Pacaembu, o Anhembi. São os equipamentos públicos que foram demarcados no Plano Diretor com ZOE. Isso quer dizer que o Plano Diretor não fez zoneamento, não deu potencial construtivo, não montou uma

estratégia, não teve capacidade porque são equipamentos muito específicos, não chegou ao nível de detalhamento do planejamento. E o Plano Diretor determina o seguinte: todas as áreas demarcadas como ZOE tem de ser objeto de uma estratégia específica de desenvolvimento, que é o caso do Jockey Club. E aí qual que é o interesse público? Essa foi a pergunta objetivamente que você fez. É o mesmo para o Anhembi e para uma série de equipamentos que grandes áreas, vamos chamar assim, que têm posições, que estão localizadas de maneira privilegiada dentro do Município de São Paulo e que têm de ter uma estratégia específica.

O Jockey tem dois agravantes com relação aos demais porque os demais são equipamentos públicos. Se você pegar o Anhembi, o Pacaembu e outros equipamentos similares, eles eram de gestão pública; o Jockey é um equipamento de gestão privada, foi concedida essa área para fins específicos, que é o hipódromo, no caso corrida de cavalo, e que tem um problema histórico. Primeiro, dívidas de IPTU. Eles tinham lá uma questão, o IPTU aplicado, pela regra atual naquele território, é de mais ou menos 30 milhões por ano. Este ano acho que foram 28 milhões, e o Jockey não fatura um décimo disso. Então é um problema insolúvel, já está insolúvel porque tem uma dívida, vou falar um número estimado porque eu não me lembro de cabeça, se não me falha a memória, por volta de 300 milhões. E eles têm uma área muito grande que é subutilizada. Se a gente pensar em juntar as duas coisas, existe uma oportunidade naquele espaço que é abrir um parque público.

Aí eu vou abrir ainda mais a lente só para a gente pensar juntos. O Governo do Estado está falando em despoluição do Rio Pinheiros. Se você pegar o parque hoje, que eu considero de maior sucesso - e não estou falando de Ibirapuera que tem problema de acesso para população em geral - o Parque Villa Lobos, que foi construído num bairro elitizado, tem estação de trem dentro do Parque, é só ir lá para ver em qualquer final de semana. Não é um Parque da cidade de São Paulo, é um Parque metropolitano. Vai gente de Osasco, Carapicuíba, Itapevi, Jandira e de São Paulo que usa a linha de trem como acesso para aquele espaço. Aos finais de semana, é um espaço extremamente democrático.

A tese que estamos defendendo é uma oportunidade, olhando para o futuro, de São

Paulo, fazer um sistema de parques e de áreas verdes naquele trecho do Rio Pinheiros. Estamos falando do PIU Arco de Pinheiros, que tem aquela área enorme da CPTM, de frente com o CEAGESP, de frente com o Rio Pinheiros; e na sequência tem o Villa Lobos e você atravessa para o outro lado. O PIU Arco de Pinheiros prevê ciclo-passarela e passarela naquele trecho, e nós temos toda aquela área da USP, especialmente a raia. Aí você vai andando e tem uma sequência de áreas e de possibilidades, imaginando o futuro da Cidade, de você integrar um conjunto de áreas para a população, de maneira geral, numa área em que, podem até dizer: não é uma área nobre? É uma área nobre servida por trens, tem cinco ou seis estações da CPTM ao longo desse trecho. E o Villa Lobos talvez seja o melhor exemplo, uma possibilidade de criarmos um grande número de áreas acessíveis, de áreas verdes para a população de São Paulo, de maneira geral. Isso resolveria o problema da dívida, e resolve o problema também de um possível parque privado de uso público, menos no dia em que tenha corrida de cavalo, uma vez por semana só, e o parque funcionaria seis dias por semana. A tese é um pouco essa, a gente está discutindo. Foi uma consulta pública ainda, o projeto não está mostrando direção, é só um diagnóstico e nós temos a oportunidade de discutir nas audiências públicas e com a Câmara.

Por último, o Vereador Suplicy falou em relação à questão da desigualdade, sobre o mapa Nova São Paulo.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Já recebeu o diagnóstico?

O SR. FERNANDO CHUCRE - Já recebemos as informações e aí, de novo reforçando a questão da SP Urbanismo, a grande ferramenta que São Paulo tem é gerar, e vamos lembrar que a gente tem capacidade, vocês conhecem melhor do que eu a situação orçamentária do Município, é aumentar a capacidade de arrecadação do Município, de recursos que sejam vinculados a obras específicas. O recurso estar vinculado, apesar de que não é uma tese que todos defendem, quando falamos de equipamentos sociais é uma boa medida na medida em que não pode ser deslocado para outras questões.

Então os PIUs, que são esses projetos que, em tese, deveriam resolver problemas

locais em escala menor da Cidade, são os melhores instrumentos para isso. A gente fazer um PIU para cada uma dessas áreas, você identifica claramente os problemas habitacionais, os problemas de infraestrutura. E o recurso oriundo daquela operação fica vinculado àquelas obras. Você pode ter problema eventualmente de execução, mas o recurso não se perde em outras ações do município, de maneira geral. Então talvez essa questão do PIU seja o melhor instrumento para esse tipo de situação.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Permita-me Secretário Fernando Chucre, caro Alessandro Guedes, Presidente, Vereadora Soninha. Ontem eu tive a oportunidade de conversar com o Jorge Abrão, diretor e principal responsável pela rede Nossa São Paulo. Ele me disse que gostaria muito de apresentar o mapa da desigualdade, com toda a equipe, que formulou para nós, Vereadores, e também para os secretários do Governo Bruno Covas, e quem sabe possamos até organizar.

O SR. FERNANDO CHUCRE – Estou à disposição.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Eu falei a pouco com Vereador Fábio Riva, que me disse achar muito positiva a ideia. Vou aguardar a volta do Presidente Eduardo Tuma, mas acredito que todos nós vemos como boa a sugestão porque esse diálogo sobre como melhorar a questão da igualdade de direitos, da qualidade de vida para São Paulo, é uma questão comum que interessa a todos nós, Vereadores. Ele propôs, quem sabe, na primeira quinzena de dezembro possamos fazer essa reunião, que incluiria todos nós, 55 Vereadores e os secretários da equipe do Prefeito Bruno Covas, cujo restabelecimento quero que logo aconteça.

O SR. FERNANDO CHUCRE – Estou à disposição, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Após o Secretário Fernando Chucre, passo a palavra ao Presidente da SP Obras, Sr. Mario Mondolfo.

O SR. MARIO MONDOLFO - Boa tarde a todos e a todas. Vou responder primeiro as questões da Vereadora Soninha.

Primeiro, a questão do Anhangabaú, como o Chucre já disse, o projeto é

exatamente o mesmo que foi discutido amplamente com a sociedade, nos anos 2014/2015. Essa obra já estava licitada - e como o Chucre falou - dos recursos adicionais que ocorreram do Fundurb, foi possível a implementação da obra. A gente nem fez licitação porque já estava feita tempos atrás.

Com relação às obras de drenagem, tivemos oportunidade de vir à Casa no Comitê de Chuvas e Enchentes. Fizemos uma explanação bastante ampla de todas as obras, lembrando que a maior parte das obras que estão em execução na Cidade foram planejadas e executadas há alguns anos, 2012/2013, ou alguma coisa assim. Todos os contratos foram licitados com projetos básicos e insuficientes, foi necessária uma ação desta Gestão para colocar de pé esses projetos. A gente não conseguia obter os recursos da Caixa para fazer às obras, há falta de execução de projetos e de alguns ajustes nos contratos. Isso foi feito, quase todos já estão com a situação entregue à Caixa Econômica Federal, em análise e nos próximos meses eles devem aprovar o repasse dos recursos. Enquanto isso estamos tocando as obras com recursos do próprio Município.

Há três obras que ainda não estão efetivamente andando. A primeira delas, e já temos contrato assinado, é o Córrego dos Freitas. Já entregamos material para a Caixa, mas depende de autorização do Ministério de Desenvolvimento Regional para que liberarem os recursos. Como a obra não tinha sido iniciada, estamos aguardando a liberação para iniciar.

A segunda é o Córrego Paraguai/Éguas, aquele Córrego perto do Tribunal de Contas do Município. Temos contrato, refizemos os projetos e estamos aguardando uma liberação do Tribunal em função de utilização de espaços, de terrenos, e a adaptação que fizemos para impactar o mínimo possível a área do Tribunal de Contas.

A última é a Carlos Caldeira, uma obra um pouco mais complicada. A Caixa cancelou o contrato relativo à mobilidade nesse local por conta da questão de invasões. O grande problema é conseguirmos liberar as áreas para efetivar a obra. Estamos em contato com Sehab para ver como equacionar esse problema. Sem equacionar o problema habitacional não é possível iniciar a obra nesse local.

As demais obras, de todas, nós temos hoje a ficha técnica. O problema que vimos é que essa ficha técnica é estática, quer dizer, temos a fotografia do momento, estamos transformando em fichas dinâmicas para implantar no GeoSampa. Então a partir daí, além de todas as características da obra, vamos poder ter fotos da situação atual da obra, da execução orçamentária e do avanço físico de cada uma delas. Isso tudo está agora em fase de implementação.

Com relação aos cadernos de drenagem, temos 16 prontos, que são bastante extensos e foram enviados aqui para Câmara, mas vou ver como é que podemos fazer de uma forma eletrônica, disponibilizar no site. Eles são muito extensos e pesados, são arquivos muito grandes. Vou ver como podemos fazer isso. De qualquer forma, já me disponho a enviar uma nova via para o Comitê de Chuvas, acho que seria o mais adequado.

A SRA. SONINHA FRANCINE – (Fora do microfone) – Para a assessoria da Comissão de Finanças.

O SR. MARIO MONDOLFO – Então está bom, separamos uma cópia desses cadernos e enviamos para cá, caderno físico, e o eletrônico eu vou ver com o CTH para disponibilizar no site. E se for o caso, enviar oportunamente para cá.

Com relação ao que você falou das obras paradas, na questão de drenagem, são essas três que eu falei. As outras todas, estão em andamento.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Essa do córrego que passa perto do Tribunal de Contas, ela só depende de uma autorização do Tribunal para...

O SR. MARIO MONDOLFO – ...início da obra, o contrato está assinado, o projeto executado, está tudo entregue no Tribunal, só aguardando um parecer da área técnica do Tribunal.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Aguarda faz tempo?

O SR. MARIO MONDOLFO – Olha, isso está lá a coisa de um mês, mês e meio, cremos que nos próximos dias porque gostaríamos de iniciar as obras antes da temporada de chuva.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada.

Agora é a resposta da Secretaria de Subs? (Pausa) Posso acrescentar uma pergunta? Ainda mais quando fala de obra de drenagem e Habitação, temos um problema gravíssimo na Cidade que impacta nas subprefeituras.

Algumas áreas têm desocupação e realocação das famílias, de muitas famílias recebendo auxílio-aluguel porque o destino delas é uma obra que ainda não foi concluída. Então, exemplos concretos: Córrego da Água Podre, no Butantã, muitas famílias que foram removidas estão recebendo auxílio- aluguel e têm direito a uma unidade habitacional que vai ser construída. E não começou porque, enfim, o PAC terminou, não veio auxílio federal, essas coisas todas. No entorno da Represa Billings há muitas famílias que estão se mudando para o Residencial Espanha. O que acontece? Tem a desocupação, mas a área não é devidamente congelada e depois tem reocupação, e na reocupação há pessoas vivendo em escombros, construindo barracos ou, como tem sido o caso no Butantã, erguendo edificações de alvenaria; e, toda vez que a gente mobiliza algum órgão público para tomar providência, não consegue. Porque parece que seria a Subprefeitura que teria a obrigação de manter a área protegida para evitar uma nova ocupação, e a Subprefeitura não tem estrutura para isso.

Como a gente poderia interferir, até a gente aqui da Câmara, no Orçamento? Onde entraria o recurso para que as Subprefeituras tivessem condições de fazer congelamento de áreas, ou a proteção de áreas de desmatamento, como a gente vem aqui acompanhando que vem acontecendo em escala apocalíptica?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) –Tem a palavra o Sr. Radyr Papini, Chefe de Gabinete.

O SR. RADYR PAPINI - A primeira pergunta da Vereadora Soninha era a respeito dos recursos que a gente colocou lá como apoio à fiscalização. Na verdade, a gente começou a criar agora uma divisão dos custos da fiscalização da Cidade, da zeladoria. Isso sempre foi um custo que foi misturado, então realmente aquele curso não é só para a equipe, para

combater comércio ilegal de rua. Não. É para combater propaganda ilegal, é para suporte aos agentes vistorres, então aquilo é um custo geral da fiscalização da Cidade, que a gente começou a separar contratos e ver quanto isso efetivamente custa, algo que nunca tinha sido levantado. Então é um custo global de comércio, propaganda e com agentes vistorres.

Essa questão da ocupação de áreas realmente é um problema gravíssimo. Eu acho que a gente tem que pensar profundamente, porque a gente tem feito muita desocupação mesmo. Até a Justiça, depois da queda do prédio, tem liberado desocupação atrás de desocupação, e nós não temos efetivamente estrutura de gente o orçamento para ocupar; porque essa área, para ser ocupada, precisa vigilância; você tem que estar ali, ou criar condição de a comunidade usar aquela área, ou quando é uma área de manancial tem que criar condição de vigiar aquilo, de fiscalizar efetivamente. Portanto, é um trabalho bem grande, que precisa da desta Casa para ajudar a pensar e como solucionar essas grandes áreas que estão sendo desocupadas, que são bem grandes mesmo; e são várias ao mesmo tempo.

O Vereador Paulo Frange tinha falado da questão de estrutura das Subprefeituras. Tem muito servidor aposentando e realmente está faltando estrutura, está ficando complicado, e será um alívio para a gente a estrutura vir dessas reorganizações das empresas. Se esses servidores vierem para a gente, serão um ponto enorme para a gente conseguir recolocar a estrutura das Subprefeituras.

É fato. Estamos ficando sem estrutura na Subs mesmo de gente administrativa, de gente para operar a máquina e funcionar.

O Vereador Suplicy questionou sobre a distribuição nas Subprefeituras do Orçamento. O grosso do orçamento das Subprefeituras é gasto mais com zeladoria e fiscalização. A gente mais por área até do que por nível social ou nível de desenvolvimento. É lógico que a gente dá prioridade para as pessoas que necessitam mais. Então quando a gente pensa na PEC das calçadas, a gente pensa assim: Quem usa transporte público precisa de calçada onde? Quem anda a pé para chegar em casa, precisa de calçada onde?

A Ilume, por exemplo, a gente reativou o contrato; e o que nós utilizamos de critério

para iniciar a troca de iluminação por LED? Pegamos o mapa do Infocrim, focamos nos lugares de periferia onde a iluminação iria reduzir o crime e, principalmente, qual crime: crime contra a mulher, estupro. A própria Polícia Militar passou isso para a gente de que a iluminação é fundamental nesse tipo de violência, então a gente começou justamente na periferia, onde as pessoas precisam dessa iluminação e onde elas sofrem violência; e, daí, a gente vai migrando para as áreas com menos criminalidade.

Então o grosso nosso orçamento é georreferenciado pelo tamanho da Cidade. Conseguimos deslocar muito orçamento, por exemplo, da região de Vila Mariana e Pinheiros com as adoções de praça. Isso liberou muito para a gente poder tirar a equipe de Verde dessas regiões e passar para as regiões periféricas. Com isso, a gente conseguiu fazer bom reforço de Cidade Tiradentes, Perus. Essas equipes passaram a circular por áreas mais periféricas.

Por exemplo, não tem córrego no Centro, o orçamento das bordas acaba sendo muito utilizado para a manutenção do córrego, então como a gente conseguiu equalizar a quantidade de equipes e trabalho de limpeza nos córregos, a gente conseguiu colocar equipes de Verde nas regiões periféricas. Assim, a gente consegue começar a melhorar o aspecto dessas regiões, nas praças, nas áreas onde precisa de manutenção, passando mais vezes, porque é um serviço contínuo. Agora na época de chuva, se não cortar a grama a cada dez dias, ela fica alta.

É basicamente isso. A gente tem dado prioridade ao orçamento para a zeladoria da Cidade, a quem necessita mesmo, onde as pessoas passam, as pessoas usam e onde as pessoas têm essa necessidade, por exemplo, do llume, para reduzir a criminalidade.

O Vereador Alessandro Guedes perguntou sobre a questão da zeladoria. É lógico que a gente está muito distante do que a gente ainda quer, mas conseguimos uma grande melhoria no serviço, não só na qualidade, mas na execução. Em janeiro de 2017, nós tínhamos 250 mil pedidos do 156 em estoque; e conseguimos fechar o mês de setembro com 28.800 pedidos. Quer dizer, a gente atingiu um número histórico de atendimentos do 156, do município, que nunca esteve tão baixo, desde a criação do índice.

Vamos supor que, desses 28 mil pedidos, 8 mil, 9 mil, são pedidos de tapa-buraco ainda. É a grande demanda da população.

A SRA. SONINHA FRANCINE – E poda e remoção de árvore ficam em que lugar?

O SR. RADYR PAPINI - Poda e remoção, a gente teve um bom equilíbrio com a... Porque, definitivamente, a gente não consegue podar a árvore que está emaranhada na fiação. Parece que a Enel dará um bom suporte para a gente, a partir de agora, nessa questão das podas.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Parando de trucidar as árvores, que é o que eles têm feito.

O SR. RADYR PAPINI – É. A gente tem colocado os nossos agrônomos em cima, para não permitirem aquela porta torta que eles fazem.

O SR. RODRIGO GOULART – Mas chegou a um acordo com a Enel?

O SR. RADYR PAPINI – Eles se comprometeram a fazer um volume bem grande de poda até o meio do ano que vem. Então eu acho que a gente vai ter esse quadro: eles cumprindo o que eles prometeram para a gente, bem diferente, porque a gente fez um Termo de Cooperação para eles, e a gente tem sido muito duro com eles, por ordem do próprio Prefeito, que disse que era para não abaixar a guarda com eles enquanto eles não cumprissem o que eles têm que cumprir.

Das solicitações, a primeira realmente é tapa-buraco. São 11.000 solicitações em estoque ainda de tapa-buraco; 9.300 de árvore, poda e remoção; 1.800 de reforma de bueiro, boca de lobo e poços de visita. A quarta é manutenção de guias, sarjetas, sarjetões, com 1.654. Depois vem roçada, com 1 mil, e já começa a cair bem a quantidade de pedido. Então, o grosso mesmo é tapa-buraco e poda de árvore.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – O senhor pode disponibilizar esse balanço para nós também?

O SR. RADYR PAPINI – Sim, com certeza. Então, é basicamente isso. A gente tem feito um trabalho pesado para a remoção desse estoque e para melhorar o tempo de

atendimento.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – O 156 também, quando uma pessoa está em situação de rua e liga para ser acolhida, é no próprio 156?

O SR. RADYR PAPINI – Sim, é no 156.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Mas é da gestão da Assistência Social.

O SR. RADYR PAPINI – Aí vai para a Assistência Social. A gente só recebe as que vão de zeladoria. Essa classificação é só de zeladoria, das Subprefeituras.

Foi questionado pelo Sr. Fábio a questão das obras de drenagem. A gente tem feito uma manutenção muito pesada de galerias, porque a Cidade ficou sem manutenção de galerias; e é uma parceria que a gente tem com o pessoal de Siurb, com quem a gente tem discutido isso.

Então nós estamos fazendo muita manutenção de galeria, porque é uma demanda pesada e é algo que ninguém vê, porque a galeria está debaixo da terra. Mas cria problema na Cidade, cria problema de drenagem, cria problema de enchente, cria problema em rua. A gente tem dado uma atenção muito grande, nós aumentamos muito a quantidade de equipes de manutenção de galeria.

Outra questão que ele levantou foi a questão do Descomplica. A Cidade tem seis Descomplica, outros em obras; mas todas as Subprefeituras continuam tendo as praças de atendimento. E essa é uma requalificação que a gente vai fazer para o ano que vem, de como é feito esse atendimento, a gente vai fazer uma administração um pouco mais centralizada, porque isso acabou se perdendo ao longo dos anos.

Trabalhei em Subprefeitura em 2007, 2008, e ela tinha uma organização pouco mais centralizada, informações centralizadas, e hoje a gente percebeu que está muito solto; por isso, a gente voltará a reorganizar esses dados, para ter as mesmas informações, para ter os mesmos serviços em todas as Subprefeituras.

Então basicamente acho que eram essas as questões. Foi falado sobre os ambulantes, eu acho que nós temos dois Vereadores que trabalham bastante essa causa. O

Tô Legal é o primeiro passo de uma reorganização para a Cidade, mas foi um trabalho muito legal e a gente já tem hoje 6.700 ambulantes cadastrados no Tô Legal, em três, quatro meses de sistema. A gente recebe cartas, a gente recebe informações; de pessoas agradecendo, depois de tantos anos estarem na irregularidade, trabalhando na clandestinidade, sofrendo, com centenas de mercadoria apreendidas pelo rapa, e de repente ter um documento que as deixa estar ali, que as permite ter a dignidade de executar o seu trabalho que já vem fazendo por 10, 15 anos, e antes fazia clandestinamente.

Foi um primeiro passo. É lógico que a gente tem muito que avançar, mas eu acho que, de todos os trabalhos que a gente fez na Secretaria, é o que dá mais orgulho para gente, porque a gente conseguiu dar dignidade para 6.700 pessoas nesse pequeno momento, e com a perspectiva de isso aumentar muito.

Para se ter uma ideia, até agora, desde a abertura do site, tivemos 13.735.000 visitas na página. É um sucesso muito grande, e a gente fez uma pequena campanha de divulgação, e isso está indo muito no boca a boca, tem muito da cultura das pessoas descobrirem a vantagem que tem, porque é um serviço barato, ele estará pagando por usar aquele espaço que ele usa, no horário que ele usa, mas aquilo dá dignidade para ele sabendo que ele está ali legalmente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Sr. Alex, o senhor começa perguntando se é possível receber uma reunião referente para tratar dos sistemas. Então, pergunto se com essa reunião o senhor pode expor todas essas questões que o Sr. Alex colocou.

O SR. RADYR PAPINI – Podemos sim marcar. É só me procurar na Secretaria, Liga lá, marca com a secretária que a gente recebe sim. Já recebemos o Sindicato dos Ambulantes, várias vezes; e não tem problema, recebemos sim. Vamos conversar.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Também renovo o apelo para que possam receber todos aqueles que trabalhavam na Feira da Madrugada e resolver esse

problema que está pendente há bastante tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Sr. Chefe de Gabinete, faltou a resposta se alguma Subprefeitura da Cidade ainda tem deficit de equipes: a jardinagem, logradouro, equipe de limpeza de córregos. Como está isso?

O SR. RADYR PAPINI – Está saindo a ata nova de tapa-buraco e estamos com algumas Subprefeituras sem contrato de tapa-buraco. Mas nós estamos suprindo essas equipes de tapa-buraco com equipes da Secretaria. Hoje nós estamos com a quantidade de equipes...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Quais Subprefeituras são? O senhor se lembra?

O SR. RADYR PAPINI – Subprefeituras que estão sem contrato, se eu não me engano, Ermelino Matarazzo; Itaquera está com uma quantidade pequena, que a gente vai corrigir na nova ata; e tem mais uma Subprefeitura que eu não me lembro de cabeça, mas nós- estamos cobrindo com as equipes Spua.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Quero agradecer ao Sr. Radyr Papini, Chefe de Gabinete da Secretaria das Subprefeituras; Sr. Vicente Affonso de Oliveira Calvo, Coordenador de Orçamento da Secretaria da Fazenda; Sr. Vitor Aly Secretário de Infraestrutura Urbana; Mario Mondolfo, Presidente da SP Obras; Sr. Fernando Chucre, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano; público presente, a nossa equipe de trabalhadores e aos técnicos da Casa, aos Vereadores Suplicy, Rodrigo Goulart, Isac Felix, Atílio Francisco, Paulo Frange, João Jorge, Soninha Francine, todos os Vereadores da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente que permitiram que a gente conseguisse adentrar essas quase 3h30 de audiência pública.

Quero convidar todos para as próximas audiências públicas: amanhã, dia 07/11, às 14h, no Plenário principal da Câmara Municipal de São Paulo, haverá a audiência temática de saúde, que terá o envolvimento da Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, autarquia hospitalar municipal, Hospital do Servidor Público Municipal e Serviço Funerário.

No próximo sábado, teremos duas audiências públicas regionais. A audiência pública, de manhã, no dia 09/11/2019, no CEU Jaçanã, envolverá as Subprefeituras: Jaçanã, Vila Maria e Santana/ Tucuruvi. Das 10h às 13h. E no sábado também, das 14h30 até às 17h30, na Arena Corinthians, em Itaquera, acontecerá a quinta audiência pública regional, envolvendo as Subprefeituras de Itaquera, Penha e Ermelino Matarazzo.

Na próxima segunda-feira, 11/11/2019, às 10h30, na Câmara Municipal de São Paulo, teremos audiência pública no Salão Nobre, que será a audiência pública temática de verde e meio ambiente e inovação.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Quero convidar especialmente a Sra. Socorro, que dessa vez vão falar de Itaquera, na arena Corinthians. Sábado, às 14h30. Será sobre Itaquera.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado. Boa tarde.

Estão encerrados os trabalhos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **17731** DATA: **06/11/2019** FL: **66** DE 66
